

JUCESP
19 07 16

INSTRUMENTO PARTICULAR DE ESCRITURA DA QUINTA EMISSÃO PÚBLICA
DE DEBÊNTURES SIMPLES, NÃO CONVERSÍVEIS EM AÇÕES, DA ESPÉCIE COM GARANTIA REAL,
COM GARANTIA FIDEJUSSÓRIA ADICIONAL, EM SÉRIE ÚNICA, DA BRASIL PHARMA S.A.

São partes neste “Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A.” (“Escritura de Emissão”):

- I. como emissora e ofertante das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:
BRASIL PHARMA S.A., sociedade por ações, com registro de companhia aberta perante a Comissão de Valores Mobiliário (“CVM”), com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares, Itaim Bibi, CEP 04543-900, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 11.395.624/0001-71, com seus atos constitutivos registrados sob o NIRE 35.300.374.797 perante a Junta Comercial do Estado de São Paulo (“JUCESP”), neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Brasil Pharma” ou “Emissora”);
- II. como agente fiduciário das debêntures objeto desta Escritura de Emissão:
OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A., instituição financeira com sede na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, na Avenida das Américas, nº 500, Bloco 13 – Grupo 205, Barra da Tijuca, CEP 22640-100, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 36.113.876/0001-91, neste ato representado pelo seu estatuto social, representando a comunhão dos Debenturistas (conforme definido abaixo), nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) (“Agente Fiduciário”);
- III. como intervenientes anuentes desta Escritura de Emissão:
DROGARIA ROSÁRIO S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no Setor Complementar de Indústria e Abastecimento, s/n, quadra 08, conjunto 07, lote 04-SCIA, CEP 71250-705, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 00.447.821/0001-70, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Rosário”);



Handwritten signatures in blue ink, including a large stylized signature and a smaller one below it.

DUCE SP
19 07 16

DISTRIBUIDORA BIG BENN S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Belém, Estado do Pará, na Avenida Almirante Barroso, nº 5447, Altos, Castanheira, CEP 66645-972, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 83.754.234/0001-51, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Big Benn");

SANT'ANA S.A. DROGARIA FARMÁCIAS, sociedade por ações com sede na Cidade de Camaçari, Estado da Bahia, na Via de Ligação, s/n, Polo Petroquímico de Camaçari, CEP 42810-260, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 15.103.047/0001-58, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Sant'Ana");

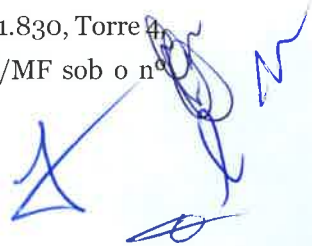
CENTRO-OESTE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA., sociedade empresária limitada com sede na Cidade de Brasília, Distrito Federal, no STRC, s/n, trecho 2, conjunto "D", lotes 9/10, Guará, CEP 71225-524, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 09.156.879/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Contrato Social ("COF");

REDE NORDESTE DE FARMÁCIAS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de Recife, Estado de Pernambuco, na Avenida Conselheiro Aguiar, nº 4.817, Sala 03, Boa Viagem, CEP 51021-970, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 11.044.747/0001-68, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("RNF");

DROGARIA AMARÍLIS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Hungria, nº 352, loja 1, Jardim Europa, CEP 01455-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.228.949/0001-02, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Farmais");

DROGARIAS FARMAIS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 3º andar, Itaim Bibi, CEP 04543-900, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 05.349.305/0001-27, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social ("Drogarias Farmais");

FARMAIS PRODUTOS S.A., sociedade por ações com sede na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º andar, Vila Nova Conceição, CEP 04543-000, inscrita no CNPJ/MF sob o nº



JUCESP
19 07 16

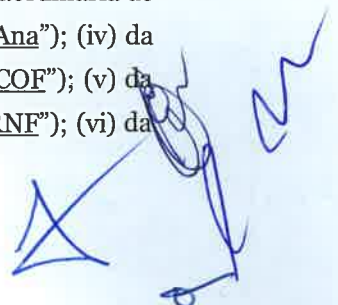
05.074.879/0001-30, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social (“Farmais Produtos” e, em conjunto com Rosário, Big Benn, Sant’Ana, COF, Farmais e Drogarias Farmais, “Fiadoras”); e

BTGI STIGMA LLC, sociedade constituída de acordo com as leis do Estado de Delaware dos Estados Unidos da América, com sede na 1209 Orange Street, Wilmington, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 13.022.862/0001-67, neste ato representada nos termos de seus atos constitutivos (“Acionista Controlador”),

celebram a Emissora, o Agente Fiduciário, as Fiadoras e o Acionista Controlador (em conjunto, “Partes”) esta Escritura de Emissão de acordo com os seguintes termos e condições:

1. AUTORIZAÇÕES

- 1.1 A (i) emissão das Debêntures (conforme definidas abaixo) (“Emissão”), (ii) oferta pública de distribuição das Debêntures (“Oferta”), nos termos da Instrução CVM nº 476, de 16 de janeiro de 2009, conforme alterada (“Instrução CVM 476”), e (iii) constituição da Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo) serão realizadas com base na deliberação da reunião do conselho de administração da Emissora realizada em 12 de julho de 2016 (“RCA”), conforme disposto no artigo 59, § 1º, da Lei das Sociedades por Ações e no artigo 10, alínea “t” do Estatuto Social da Emissora.
- 1.2 Por meio da RCA, a diretoria da Emissora também foi autorizada a praticar todos os atos necessários à efetivação das deliberações aprovadas na RCA, incluindo a negociação e a celebração de todos os documentos indispensáveis à concretização da Emissão e da Oferta, incluindo, mas não se limitando, desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição (conforme definido abaixo) e do Contrato de Cessão Fiduciária (conforme definido abaixo).
- 1.3 A outorga da Fiança (conforme definido abaixo) e da Cessão Fiduciária pelas Fiadoras será realizada com base nas deliberações: (i) da assembleia geral extraordinária de acionistas da Rosário realizada em 12 de julho de 2016 (“AGE Rosário”), (ii) da assembleia geral extraordinária de acionistas da Big Benn realizada em 12 de julho de 2016 (“AGE Big Benn”), (iii) da assembleia geral extraordinária de acionistas da Sant’Ana realizada em 12 de julho de 2016 (“AGE Sant’Ana”); (iv) da reunião da diretoria da COF realizada em 12 de julho de 2016 (“RD COF”); (v) da reunião da diretoria da RNF realizada em 12 de julho de 2016 (“RD RNF”); (vi) da



JUCESP
19 07 16

reunião da diretoria da Farmais realizada em 12 de julho de 2016 ("RD Farmais") (vi) da assembleia geral extraordinária de acionistas da Drogarias Farmais realizada em 12 de julho de 2016 ("AGE Drogarias Farmais"); e (vii) da assembleia geral extraordinária de acionistas da Farmais Produtos realizada em 12 de julho de 2016 ("AGE Farmais Produtos") e, em conjunto com a AGE Rosário, a AGE Big Benn, a AGE Sant'Ana, a RD COF, a RD RNF, a RD Farmais e a AGE Drogarias Farmais, as "Aprovações Societárias Fiadoras").

2. REQUISITOS

2.1 A Emissão e a Oferta serão realizadas com observância aos seguintes requisitos:

- I. *Arquivamento e publicação da ata de RCA.* A ata de RCA da Emissora será arquivada na JUCESP e publicada no Diário Oficial do Estado de São Paulo ("DOESP") e no jornal "Valor Econômico", nos termos dos artigos 62, inciso I e 289, da Lei das Sociedades por Ações. Os atos societários relacionados com a Emissão e/ou com as Debêntures que, eventualmente, venham a ser praticados após o registro da ata de RCA também serão arquivados na JUCESP e publicados pela Emissora no DOESP e no jornal "Valor Econômico", conforme legislação em vigor;
- II. *Arquivamento das Aprovações Societárias Fiadoras.* As atas da AGE Rosário e da RD COF serão arquivadas perante a Junta Comercial do Distrito Federal ("JCDF"), sendo a AGE Rosário publicada no Diário Oficial do Distrito Federal e no jornal "Jornal de Brasília". A ata da AGE Big Benn será arquivada perante a Junta Comercial do Estado do Pará ("JUCEPA") e publicada no Diário Oficial do Estado do Pará e no jornal "O Liberal". A ata da AGE Sant'Ana será arquivada perante a Junta Comercial do Estado da Bahia ("JUCEB") e será publicada no Diário Oficial do Estado da Bahia e no jornal "Correio da Bahia". A ata da RD RNF será arquivada perante a Junta Comercial do Estado de Pernambuco ("JUCEPE") e será publicada no Diário Oficial do Estado de Pernambuco e no jornal "Folha de Pernambuco". As atas da RD Farmais, da AGE Drogarias Farmais e da AGE Farmais Produtos serão arquivadas perante a JUCESP e serão publicadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Diário Comercial";
- III. *Inscrição e Registro desta Escritura de Emissão e seus aditamentos.* Esta Escritura de Emissão e seus eventuais aditamentos serão levados a registro na JUCESP, nos termos do artigo 62, inciso II e do § 3º, da Lei das Sociedades por



JUCESP
19 07 18

Ações, devendo a respectiva Escritura de Emissão e seus aditamentos, devidamente arquivados na JUCESP, serem enviados pela Emissora ao Agente Fiduciário em até 10 (dez) dias úteis contados do respectivo registro. Em virtude da Fiança de que trata a Cláusula 5.15 abaixo, de acordo com o disposto nos artigos 129 e 130 da Lei nº 6.015, de 31 de dezembro de 1973, conforme alterada, a presente Escritura de Emissão será registrada nos cartórios de registro de títulos e documentos da Comarca da Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, da Comarca da Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, da Comarca da Cidade de Brasília, Distrito Federal, da Comarca da Cidade de Belém, Estado do Pará, da Comarca da Cidade de Camaçari, Estado da Bahia e da Comarca de Recife, Estado de Pernambuco ("Cartórios Competentes"), e seus eventuais aditamentos serão averbados à margem dos registros acima e/ou de outros registros que sejam aplicáveis tendo em vista a sede de cada uma das Partes. A Emissora deverá (i) protocolar para registro nos Cartórios Competentes esta Escritura de Emissão e, conforme seja o caso, os eventuais aditamentos, e (ii) entregar uma via original desta Escritura de Emissão ou de seus aditamentos, registrados ou averbados, conforme o caso, nos Cartórios Competentes, ao Agente Fiduciário, no prazo de até 30 (trinta) dias contados da respectiva data de assinatura;

IV. *Constituição de Cessão Fiduciária.* Observado o disposto no artigo 62, inciso III, da Lei das Sociedades por Ações, e na Cláusula 5.16 abaixo, a Cessão Fiduciária (conforme definida abaixo) será regularmente constituída previamente à Data de Integralização (conforme definida abaixo) por meio do "Contrato de Cessão Fiduciária de Direitos Creditórios e de Prestação de Serviços de Custódia de Recursos Financeiros", a ser celebrado entre a Emissora, as Fiadoras, o Agente Fiduciário e o banco depositário (em conjunto com os seus eventuais aditamentos, "Contrato de Cessão Fiduciária"), que deverá ser registrado, conforme prazos e termos previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, nos competentes cartórios de registro de títulos e documentos;

V. *Registro para distribuição e negociação nos mercados primário e secundário.* As Debêntures serão depositadas para distribuição pública no mercado primário e negociação no mercado secundário, respectivamente, por meio do MDA – Módulo de Distribuição de Ativos ("MDA") e do CETIP21 – Títulos e Valores Mobiliários ("CETIP21"), ambos administrados e operacionalizados pela CETIP S.A. – Mercados Organizados ("CETIP"), sendo a distribuição e a



DUCE SP
19 07 16

negociação liquidadas e as Debêntures custodiadas financeiramente na CETIP;

- VI. *Registro da Oferta pela CVM.* A Oferta está automaticamente dispensada de registro de distribuição na CVM de que trata o artigo 19 da Lei nº 6.385, de 7 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei do Mercado de Valores Mobiliários"), nos termos do artigo 6º da Instrução CVM 476, por se tratar de oferta pública com esforços restritos de colocação; e
- VII. *Registro da Oferta pela ANBIMA.* A Oferta será objeto de registro pela ANBIMA – Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiro e de Capitais ("ANBIMA"), nos termos do artigo 1º, parágrafo 2º, do "Código ANBIMA de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários", apenas para fins de envio de informações para a Base de Dados da ANBIMA, desde que expedidas, até a data de protocolo do comunicado de encerramento da Oferta junto a CVM, diretrizes específicas nesse sentido pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas da ANBIMA.

3. OBJETO SOCIAL DA EMISSORA

- 3.1 A Emissora tem por objeto social: (a) o comércio, a fabricação, a importação e a exportação de artigos farmacêuticos, produtos químicos e dietéticos, perfumes e essências, cosméticos, produtos de higiene e toucador, saneantes domissanitários, nutrimentos e aparelhos acessórios usados para fins terapêuticos ou de correção estética e produtos utilizados para fins diagnósticos e analíticos; (b) a prestação de serviços peculiares ao comércio varejista, tais como serviço de entregas domiciliares de produtos comercializados ou não pela Emissora, gerenciamento de informações cadastrais e armazenamento de dados sobre vendas de produtos e serviços, realizados através de convênios, gerenciamento e participação de programas de benefício de medicamentos ("PBM") no setor privado e público; (c) loja de conveniência e "drugstore", destinadas ao comércio, mediante auto-serviço ou não, de diversas mercadorias com ênfase para aquelas de primeira necessidade e serviços relativos ao objeto social; (d) importação e exportação de qualquer produto afim com seu objeto social; (e) o transporte rodoviário de mercadorias; (f) a promoção e a participação em empreendimentos imobiliários; (g) o comércio, a importação e a exportação de artigos, máquinas, e equipamentos afins com seu objetivo social; (h) participação em outras sociedades, simples ou empresárias, nacionais ou estrangeiras, na qualidade de sócia, acionista ou quotista; (i) gestão e



Handwritten signature and initials in blue ink.

JUCESP
19 07 16

comercialização de bens comerciais e de direitos próprios; e (f) a prestação de serviços de consultoria, intermediação e representação, inclusive, mas não se limitando, comercial.

4. DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

- 4.1 Os recursos obtidos pela Emissora com a Oferta serão integralmente utilizados para atender aos negócios de gestão ordinária da Emissora por meio do alongamento do endividamento da Emissora que deverá ocorrer com o pagamento integral dos contratos financeiros listados no Anexo 4.1 a esta Escritura de Emissão.

5. CARACTERÍSTICAS DA EMISSÃO E DAS DEBÊNTURES

- 5.1 *Número da Emissão.* As Debêntures representam a 5ª (quinta) emissão de debêntures da Emissora.
- 5.2 *Valor Total da Oferta.* O valor total da Oferta será de R\$377.751.000,00 (trezentos e setenta e sete milhões, setecentos e cinquenta e um mil reais) na Data de Emissão.
- 5.3 *Quantidade.* Serão emitidas 377.751 (trezentas e setenta e sete mil, setecentas e cinquenta e uma) debêntures ("Debêntures").
- 5.4 *Valor Nominal Unitário.* As Debêntures terão valor nominal unitário de R\$1.000,00 (mil reais) na Data de Emissão ("Valor Nominal Unitário").
- 5.5 *Séries.* A Emissão será realizada em série única.
- 5.6 *Forma e Comprovação de Titularidade.* As Debêntures serão emitidas sob a forma nominativa, escritural, sem emissão de cautelas ou certificados, sendo que, para todos os fins de direito, a titularidade das Debêntures será comprovada pelo extrato de conta de depósito emitido pelo Escriturador (conforme definido abaixo), e, adicionalmente, com relação às Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, será expedido por esta extrato em nome do Debenturista que servirá de comprovante de titularidade de tais Debêntures.
- 5.7 *Escriturador.* A instituição prestadora de serviços de escrituração das Debêntures é a Itaú Corretora de Valores S.A., instituição financeira, com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 10º andar, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 61.194.353/0001-64 ("Escriturador").
- 5.8 *Banco Liquidante.* A instituição prestadora de serviços de banco liquidante das Debêntures é o Itaú Unibanco S.A., instituição financeira com sede na Cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, na Praça Alfredo Egydio de Souza Aranha, 100, Torre



Handwritten signature in blue ink.

DUCESP
19 07 16

Olavo Setúbal, inscrito no CNPJ/MF sob o nº. 00.701.190/0001-04 ("Banco Liquidante").

- 5.9 *Conversibilidade.* As Debêntures serão simples e não serão conversíveis em ações de emissão da Emissora.
- 5.10 *Espécie.* As Debêntures serão da espécie com garantia real, com garantia fidejussória adicional.
- 5.11 *Data de Emissão.* Para todos os efeitos legais, a data de emissão das Debêntures será o dia 25 de julho de 2016 ("Data de Emissão").
- 5.12 *Data de Vencimento.* Observado o disposto nesta Escritura de Emissão, o prazo das Debêntures será de 04 (quatro) anos contados da Data de Emissão, vencendo-se, portanto, em 25 de julho de 2020 ("Data de Vencimento").
- 5.13 *Amortização do Valor Nominal Unitário.* O Valor Nominal Unitário das Debêntures será amortizado em 31 (trinta e uma) parcelas mensais e sucessivas, a partir do 18º (décimo oitavo) mês, inclusive, a contar da Data de Emissão, sendo que a primeira parcela será paga em 25 de janeiro 2018 e a última na Data de Vencimento, de acordo com a tabela abaixo:

DATA DE AMORTIZAÇÃO	PERCENTUAL DO VALOR NOMINAL DAS DEBÊNTURES A SER AMORTIZADO
25/01/2018	3,2258%
25/02/2018	3,2258%
25/03/2018	3,2258%
25/04/2018	3,2258%
25/05/2018	3,2258%
25/06/2018	3,2258%
25/07/2018	3,2258%
25/08/2018	3,2258%
25/09/2018	3,2258%
25/10/2018	3,2258%
25/11/2018	3,2258%
25/12/2018	3,2258%
25/01/2019	3,2258%
25/02/2019	3,2258%
25/03/2019	3,2258%
25/04/2019	3,2258%
25/05/2019	3,2258%
25/06/2019	3,2258%
25/07/2019	3,2258%
25/08/2019	3,2258%
25/09/2019	3,2258%
25/10/2019	3,2258%
25/11/2019	3,2258%
25/12/2019	3,2258%
25/01/2020	3,2258%
25/02/2020	3,2258%
25/03/2020	3,2258%
25/04/2020	3,2258%
25/05/2020	3,2258%
25/06/2020	3,2258%
Data de Vencimento (25/07/2020)	Saldo Devedor



Handwritten signature and initials in blue ink.

JUCESP
19 07 16

5.13.1 Caso ocorra Amortização Extraordinária Facultativa (conforme definido abaixo) e/ou Amortização Extraordinária Obrigatória (conforme definido abaixo), os percentuais de amortização a partir destes eventos serão calculados sobre o saldo do Valor Nominal Unitário.

5.14 *Remuneração.* As Debêntures serão remuneradas de acordo com o disposto nas Cláusulas 5.14.1 e 5.14.2 abaixo:

5.14.1 *Atualização monetária:* O Valor Nominal Unitário das Debêntures não será atualizado monetariamente; e

5.14.2 *Juros remuneratórios:* Sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures incidirão juros remuneratórios correspondentes a 100% (cem por cento) da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI - Depósitos Interfinanceiros de um dia, “over extragrupo”, expressas na forma percentual ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis, calculadas e divulgadas diariamente pela CETIP, no informativo diário disponível em sua página na Internet (<http://www.cetip.com.br>) (“Taxa DI”), acrescida de sobretaxa de 4,00% (quatro por cento) ao ano, base 252 (duzentos e cinquenta e dois) dias úteis (“*Remuneração*”), calculados de forma exponencial e cumulativa *pro rata temporis* por dias úteis decorridos, incidentes sobre o Valor Nominal Unitário ou sobre o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, das Debêntures desde a Data de Integralização (inclusive), ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior (inclusive), conforme o caso, até a data do respectivo pagamento da Remuneração (exclusive), e seguirá, para todos os fins, os critérios definidos no “*Caderno de Fórmulas Debêntures CETIP21*”, disponível para consulta na página da Internet (<http://www.cetip.com.br>).

Farão jus à Remuneração das Debêntures aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento. A Remuneração das Debêntures será calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$J = VNe \times (FatorJuros - 1)$$

onde,

J = valor unitário dos juros remuneratórios devidos na respectiva Data de



JUCESP
19 07 16

Pagamento da Remuneração das Debêntures, calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

VNe = Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário de cada Debênture, informado/calculado com 8 (oito) casas decimais, sem arredondamento;

Fator Juros = fator de juros composto pelo parâmetro de flutuação acrescido de *spread*, calculado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, apurado de acordo com a seguinte fórmula:

$$Fator Juros = (FatorDI \times FatorSpread)$$

onde,

FatorDI = produtório das Taxas DI-Over, desde a Data de Integralização, inclusive, até a data de cálculo, exclusive, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurado da seguinte forma:

$$Fator DI = \prod_{k=1}^{n_{DI}} [1 + (TDI_k)]$$

onde,

n_{DI} = número total de Taxas DI-Over consideradas na apuração do “Fator DI”, sendo “n_{DI}” um número inteiro; e

TDI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, expressa ao dia, calculado com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento, apurada da seguinte forma:

$$TDI_k = \left(\frac{DI_k}{100} + 1 \right)^{\frac{1}{252}} - 1$$

onde,

k = número de ordem das Taxas DI-Over, variando de 1 até “n”;

DI_k = Taxa DI-Over, de ordem k, divulgada pela CETIP, válida por 1 (um) dia útil (*overnight*), utilizada com 2 (duas) casas decimais;

FatorSpread = Sobretaxa de juros fixos, calculada com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento, calculado conforme fórmula abaixo:

$$FatorSpread = \left[\left(\frac{spread}{100} + 1 \right)^{\frac{n}{252}} \right]$$

onde,



[Handwritten signature]

DUCE SP
19 07 18

spread = 4,0000; e

n = número de dias úteis entre a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, e a data de cálculo, sendo “n” um número inteiro;

Observações:

- (a) O fator resultante da expressão $(1 + TDI_k)$ é considerado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento;
- (b) Efetua-se o produtório dos fatores diários $(1 + TDI_k)$, sendo que a cada fator acumulado, trunca-se o resultado com 16 (dezesesseis) casas decimais, sem arredondamento, aplicando-se o próximo fator diário, e assim por diante até o último considerado;
- (c) Uma vez os fatores estando acumulados, considera-se o fator resultante “Fator DI” com 8 (oito) casas decimais, com arredondamento;
- (d) O fator resultante da expressão $(\text{FatorDI} \times \text{FatorSpread})$ é considerado com 9 (nove) casas decimais, com arredondamento; e
- (e) A Taxa DI deverá ser utilizada considerando idêntico número de casas decimais divulgado pela CETIP.

5.14.2.1 *Periodicidade de Pagamento dos Juros Remuneratórios:* Ressalvada a hipótese de liquidação antecipada resultante do vencimento antecipado das Debêntures conforme previsto nesta Escritura de Emissão, ou ainda a hipótese de ocorrer um resgate antecipado e/ou amortização extraordinária das Debêntures conforme previsto nesta Escritura de Emissão, a Remuneração das Debêntures será paga em parcelas mensais e sucessivas, a partir de 25 de abril de 2017, inclusive, no dia 25 de cada mês, sendo que a última parcela será paga na Data de Vencimento (“Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures”).

5.14.3 *Indisponibilidade Temporária da Taxa DI.* Observado o disposto na Cláusula 5.14.4 abaixo, se na data de vencimento de quaisquer obrigações pecuniárias referentes às Debêntures previstas nesta Escritura de Emissão não houver divulgação da Taxa DI, será utilizada, em sua substituição, para apuração de “ TDI_k ”, a última Taxa DI divulgada oficialmente, até a data do cálculo, não sendo devidas quaisquer compensações financeiras, multas ou penalidades, tanto por parte da Emissora, quanto pelos Debenturistas, quando da divulgação posterior da Taxa DI.

5.14.4 *Indisponibilidade da Taxa DI.* Em caso de ausência da apuração e/ou divulgação da Taxa DI por mais de 10 (dez) dias consecutivos da data



JUCESP
19 07 16

esperada para a sua divulgação ou, imediatamente, em caso de extinção da Taxa DI ou de impossibilidade de aplicação da Taxa DI por imposição legal ou determinação judicial, a Taxa DI deverá ser substituída pelo substituto determinado legalmente para tanto. No caso de não haver substituto legal para a Taxa DI, o Agente Fiduciário deverá convocar, no primeiro dia útil subsequente ao término do prazo de 10 (dez) dias acima ou subsequente à extinção ou impossibilidade de aplicação, Assembleia Geral de Debenturistas para que os Debenturistas possam definir, de comum acordo com a Emissora, o novo parâmetro a ser aplicado, que deverá ser aquele que melhor reflita as condições do mercado interbancário vigentes à época. Até a deliberação desse novo parâmetro, serão utilizadas, para o cálculo da Remuneração das Debêntures, a última Taxa DI divulgada oficialmente na apuração do Fator Juros, não sendo devidas quaisquer compensações entre a Emissora e os Debenturistas quando da deliberação do novo parâmetro da Remuneração das Debêntures.

- 5.14.4.1 Caso a Taxa DI venha a ser divulgada antes da realização da Assembleia Geral de Debenturistas, referida assembleia não será mais realizada, e a Taxa DI, a partir de sua divulgação, passará a ser utilizada para o cálculo da Remuneração das Debêntures, permanecendo a última Taxa DI conhecida anteriormente a ser utilizada até data da divulgação.
- 5.14.5 Caso, na Assembleia Geral de Debenturistas prevista acima, não haja quórum para instalação da Assembleia Geral de Debenturistas ou acordo sobre a nova remuneração entre a Emissora e os Debenturistas representando, no mínimo, 84% (oitenta e quatro por cento) das Debêntures em circulação, a Emissora deverá resgatar a totalidade das Debêntures, com seu consequente cancelamento, sem pagamento de multa ou prêmio, no prazo de 30 (trinta) dias contados da data da realização da respectiva Assembleia Geral de Debenturistas (ou de sua não instalação) ou na Data de Vencimento das Debêntures, o que ocorrer primeiro, pelo saldo do Valor Nominal Unitário de cada uma das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures devida até a data do efetivo resgate, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo resgate, caso em que a taxa DIk a ser utilizada para a apuração de TDIk no cálculo da Remuneração das Debêntures será a última Taxa DI disponível.
- 5.14.6 As Fiadoras desde já concordam com o disposto nas Cláusulas 5.14.4 e 5.14.5



DUCE SP
19 07 16

acima, declarando que o ali disposto não importará novação, conforme definida e regulada nos termos do artigo 360 e seguintes do Código Civil, mantendo-se a Fiança válida e em pleno vigor, inclusive no caso de acarretar a obrigação à Emissora e às Fiadoras de resgatar as Debêntures, conforme acima previsto, ou no caso de inadimplemento de tal obrigação. As Fiadoras, desde já, concordam e se obrigam a firmar todos e quaisquer documentos necessários à efetivação do disposto nesta Cláusula.

- 5.15 *Garantia Fidejussória.* As Fiadoras, por este ato e na melhor forma de direito, prestam fiança em favor dos Debenturistas, representados pelo Agente Fiduciário, em conformidade com o artigo 818 do Código Civil, independentemente das outras garantias que possam vir a ser constituídas no âmbito da Emissão, obrigando-se solidariamente entre si e com a Emissora, em caráter irrevogável e irretratável, perante os Debenturistas, como fiadoras, co-devedoras solidárias e principais pagadoras responsáveis por 100% (cem por cento) das obrigações, principais e acessórias, da Emissora assumidas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e nos demais documentos da Emissão (“Fiança”), incluindo: (i) o Valor Nominal Unitário ou o saldo do Valor Nominal Unitário, conforme o caso, acrescido da Remuneração e dos Encargos Moratórios (conforme definido abaixo), se for o caso, devidos pela Emissora nos termos desta Escritura de Emissão; e (ii) a totalidade das obrigações acessórias e principais, previstas nesta Escritura de Emissão, incluindo eventual indenização e a remuneração do Agente Fiduciário e demais despesas por este realizadas na execução da sua função, bem como todo e qualquer custo ou despesa, inclusive com honorários advocatícios, comprovadamente incorridos pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas em decorrência de processos, procedimentos, outras medidas judiciais ou extrajudiciais necessários à salvaguarda de seus direitos e prerrogativas decorrentes das Debêntures e desta Escritura de Emissão (“Obrigações Garantidas”).
- 5.15.1 Todo e qualquer pagamento realizado pelas Fiadoras em relação à Fiança ora prestada será efetuado livre e líquido, sem a dedução de quaisquer tributos, impostos, taxas, contribuições de qualquer natureza, encargos ou retenções, presentes ou futuros, bem como de quaisquer juros, multas ou demais exigibilidades fiscais, devendo as Fiadoras pagarem as quantias adicionais que sejam necessárias para que os Debenturistas recebam, após tais deduções, recolhimentos ou pagamentos, uma quantia equivalente à que teria sido recebida se tais deduções, recolhimentos ou pagamentos não fossem aplicáveis.
- 5.15.2 O valor correspondente às Obrigações Garantidas deverá ser pago pelas Fiadoras no



DUCESP
19 07 16

prazo de até 3 (três) dias úteis após o recebimento de notificação por escrito formulada pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas às Fiadoras. Tal notificação deverá ser imediatamente emitida pelo Agente Fiduciário ou pelos Debenturistas após a ocorrência de qualquer descumprimento de obrigação pecuniária pela Emissora. Os pagamentos serão realizados pelas Fiadoras de acordo com os procedimentos estabelecidos nesta Escritura de Emissão e fora do âmbito da CETIP, de acordo com instruções recebidas do Agente Fiduciário.

- 5.15.3 Fica adicionalmente facultado às Fiadoras, por sua iniciativa, efetuarem pagamento de qualquer obrigação pecuniária inadimplida pela Emissora, independentemente do recebimento de notificação do Agente Fiduciário, inclusive durante eventual prazo de cura estabelecido nesta Escritura de Emissão, de forma que tal pagamento, se realizado, evitará a ocorrência de inadimplemento desta Escritura de Emissão e impedirá a decretação do vencimento antecipado das Debêntures.
- 5.15.4 As Fiadoras expressamente renunciam aos benefícios de ordem, direitos e faculdades de exoneração de qualquer natureza previstos nos artigos 333, parágrafo único, 364, 366, 368, 821, 827, 829, parágrafo único, 830, 834, 835, 836, 837, 838 e 839 do Código Civil, e nos artigos 130 e 794 da Lei nº 13.105, de 16 de março de 2015 ("Código de Processo Civil").
- 5.15.5 As Fiadoras sub-rogar-se-ão nos direitos dos Debenturistas caso venham a honrar, total ou parcialmente, a Fiança, observado o limite da parcela da dívida efetivamente honrada. Nesta hipótese, as Fiadoras obrigam-se a (i) somente exigir tais valores da Emissora, assim como somente executar o Contrato de Cessão Fiduciária, após os Debenturistas terem recebido integralmente as Obrigações Garantidas; e (ii) caso recebam qualquer valor da Emissora e/ou de qualquer das demais Fiadoras em decorrência de qualquer valor que tiver honrado nos termos das Debêntures, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária antes da integral liquidação de todas as Obrigações Garantidas, repassar, no prazo de 1 (um) dia útil contado da data de seu recebimento, tal valor ao Agente Fiduciário, para pagamento aos Debenturistas.
- 5.15.6 Em hipótese alguma, eventual discussão judicial entre qualquer das Fiadoras e os Debenturistas implicará em atraso ou suspensão de cumprimento das obrigações assumidas pela Emissora e Fiadoras.
- 5.15.7 Nenhuma objeção ou oposição da Emissora poderá, ainda, ser admitida ou invocada pelas Fiadoras com o fito de escusarem-se do cumprimento de suas obrigações perante os Debenturistas.
- 5.15.8 A Fiança entrará em vigor na Data de Emissão, permanecendo válida em todos os



JUCESP
19.07.16

seus termos até o pagamento integral das Obrigações Garantidas, podendo ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário, judicial ou extrajudicialmente, quantas vezes forem necessárias até a integral liquidação das Obrigações Garantidas.

- 5.15.9 Cabe ao Agente Fiduciário requerer a execução, judicial ou extrajudicial, da Fiança, conforme função que lhe é atribuída nesta Escritura de Emissão, uma vez verificada qualquer hipótese de insuficiência de pagamento das Obrigações Garantidas. A Fiança poderá ser executada e exigida pelo Agente Fiduciário quantas vezes forem necessárias até a integral e efetiva liquidação de todas as Obrigações Garantidas, sendo certo que a inobservância, pelo Agente Fiduciário, dos prazos para execução da Fiança em favor dos Debenturistas não ensejará, em hipótese alguma, perda de qualquer direito ou faculdade aqui previsto.
- 5.15.10 A Fiança permanecerá válida e plenamente eficaz, em caso de aditamentos, alterações e quaisquer outras modificações das condições fixadas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária.
- 5.15.11 No exercício de seus direitos, nos termos desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas poderão executar a Fiança, sem que isso prejudique qualquer direito ou possibilidade de exercê-lo no futuro, até a quitação integral das Obrigações Garantidas.
- 5.16 *Garantia Real.* Para assegurar o fiel, integral e pontual adimplemento das Obrigações Garantidas, as Debêntures contam com as seguintes garantias reais:
- (i) Cessão fiduciária de determinados direitos creditórios de recebíveis de cartão de crédito de titularidade das Fiadoras, conforme os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Recebíveis de Cartão");
 - (ii) Cessão fiduciária da conta vinculada na qual os Recebíveis de Cartão transitarão, conforme os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Vinculada – Recebíveis de Cartão" e, em conjunto com Recebíveis de Cartão, "Cessão Fiduciária – Recebíveis de Cartão");
 - (iii) Cessão fiduciária dos recebíveis decorrentes de qualquer Evento de Liquidez, conforme os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Recebíveis de Evento de Liquidez"); e
 - (iv) Cessão fiduciária da conta vinculada na qual os Recebíveis de Evento de Liquidez transitarão, conforme os termos e condições previstos no Contrato de Cessão Fiduciária ("Conta Vinculada – Recebíveis de Evento de Liquidez" e, em conjunto com Recebíveis de Evento de Liquidez, "Cessão Fiduciária – Recebíveis de Evento de Liquidez" e, em conjunto com a Cessão Fiduciária Recebíveis de Cartão, "Cessão Fiduciária" e, em conjunto com a Fiança,



[Handwritten signature and initials]

JUCESP
19 07 16

“Garantias”).

- 5.16.1 Nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, a Emissora deverá ter fluxo mensal de Recebíveis de Cartão equivalentes, na data de apuração, ao montante da parcela seguinte de Remuneração e principal das Debêntures, exceto no caso das apurações durante o período de carência de Remuneração, nas quais será considerado o valor da primeira parcela de principal e 1/12 (um doze avos) da primeira parcela de Remuneração das Debêntures (“Valor Mínimo”).
- 5.16.2 O Contrato de Cessão Fiduciária e eventuais aditamentos deverão ser levados a registro, nos termos previstos no inciso IV da Cláusula 2.1, às expensas da Emissora. Caso a Emissora não cumpra as obrigações previstas no Contrato de Cessão Fiduciária com relação aos registros, o Agente Fiduciário fica desde já autorizado e constituído de todos os poderes para, de forma irrevogável e irretratável, como seu bastante procurador, promover os referidos registros, em nome da Emissora, às expensas da Emissora, no Contrato de Cessão Fiduciária e eventuais aditamentos, observado que a Emissora ressarcirá todas e quaisquer despesas, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária e desta Escritura de Emissão, sem prejuízo da ocorrência do descumprimento de obrigação não pecuniária pela Emissora.
- 5.17 *Garantias Real e Fidejussória.* Fica certo e ajustado o caráter não excludente, mas, se e quando aplicável, cumulativo entre si, da Fiança e da Cessão Fiduciária, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, podendo o Agente Fiduciário (se assim aprovado pelos Debenturistas em assembleia geral de Debenturistas convocada para esse fim nos termos desta Escritura de Emissão) executar ou executar todas ou cada uma delas indiscriminadamente, na ordem que julgar mais apropriada, para os fins de amortizar ou quitar com as obrigações decorrentes da presente Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária.
- 5.18 *Repactuação Programada.* As Debêntures não estarão sujeitas a repactuação programada.
- 5.19 *Resgate Antecipado Total Facultativo.* A Emissora poderá, a seu exclusivo critério, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão (inclusive), realizar o resgate antecipado da totalidade das Debêntures (“Resgate Antecipado Total Facultativo”). O Resgate Antecipado Total Facultativo deverá ser realizado da seguinte forma:
- I. O Resgate Antecipado Total Facultativo será precedido de aviso, nos termos da Cláusula 5.34 abaixo, ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas com antecedência de 5 (cinco) dias úteis da data prevista para o Resgate Antecipado Total Facultativo (“Comunicação de Resgate Antecipado Total”), a qual deverá descrever os termos e condições do Resgate Antecipado Total Facultativo,



JUCESP
19 07 18

- incluindo: (i) que o resgate será total; (ii) a data para o resgate das Debêntures e o efetivo pagamento aos Debenturistas; e (iii) demais informações consideradas relevantes pela Emissora para conhecimento dos Debenturistas.
- II. O valor a ser pago aos Debenturistas a título de Resgate Antecipado Total Facultativo será equivalente ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures objeto do resgate, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento, não sendo devido qualquer prêmio ou penalidade.
- III. Para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP, no caso de Resgate Antecipado Total Facultativo, a operacionalização do resgate seguirá os procedimentos adotados pela CETIP, a qual deverá ser comunicada pela Emissora, através de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis de sua realização. O pagamento das Debêntures não custodiadas eletronicamente na CETIP será feito por meio do Banco Liquidante e Escriturador, os quais deverão ser comunicados com antecedência mínima de 2 (dois) dias úteis do Resgate Antecipado Total Facultativo.
- IV. As Debêntures objeto do Resgate Antecipado Total Facultativo deverão ser canceladas, observada a regulamentação em vigor.
- V. Não será admitido resgate antecipado parcial das Debêntures.
- 5.20 Resgate Antecipado Total Obrigatório. O resgate antecipado total obrigatório das Debêntures ("Resgate Antecipado Total Obrigatório") deverá ser realizado pela Emissora nas seguintes hipóteses: (i) recebimento, pela Emissora, de recursos decorrentes de qualquer transação relacionada, incluindo a venda, total ou parcial, de pontos de venda, farmácias, centro de distribuição, marcas, e/ou rede de farmácias da Emissora, das Fiadoras e/ou de suas respectivas controladas, em valor individual ou agregado, superior a R\$5.000.000,00 (cinco milhões de reais) ("Evento de Liquidez"), cujo montante, individual ou agregado, correspondente a 70% (setenta por cento) dos valores líquidos recebidos em decorrência do Evento de Liquidez somado ao montante excedente ao Limite Máximo (conforme definido abaixo), conforme aplicável, seja igual ou superior ao Valor Nominal Unitário ou saldo devedor do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o



[Handwritten signature and initials in blue ink]

DUCE SP
19 07 18

caso, até a data do efetivo pagamento (“Saldo Devedor das Debêntures”); (ii) a venda, total ou parcial, do controle societário da Emissora; (iii) a amortização/liquidação de principal das operações de crédito junto ao Banco Bradesco S.A. durante o Período de Análise, conforme descritas na Cláusula 7.1, inciso XXXII desta Escritura de Emissão, cujo montante, individual ou agregado, seja igual ou superior ao Saldo Devedor das Debêntures; e/ou (iv) a ocorrência de um aporte na Emissora pelo Acionista Controlador, nos termos da Cláusula 7.2 desta Escritura de Emissão, cujo montante, individual ou agregado, seja igual ou superior ao Saldo Devedor das Debêntures.

- I. Na primeira hipótese, qual seja, na ocorrência de um Evento de Liquidez, a Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Total Obrigatório sem qualquer incidência de prêmio ou de taxas adicionais, no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo recebimento dos valores pela Emissora (“Data do Resgate Antecipado Obrigatório Decorrente de Evento de Liquidez”).
- II. Caso os recursos decorrentes do Evento de Liquidez sejam retidos, gravados, condicionados a eventos futuros e/ou onerados no âmbito do Evento de Liquidez a Data do Resgate Antecipado Obrigatório Decorrente de Evento de Liquidez será a data em que tais recursos forem liberados e/ou desonerados e ficarem disponíveis para a Emissora e/ou para os Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão.
- III. Os valores correspondentes aos 30% (trinta por cento) remanescentes do Evento de Liquidez serão utilizados pela Emissora para reforço de capital de giro, observado o limite máximo, individual ou agregado, de R\$75.000.000,00 (setenta e cinco milhões de reais) (“Limite Máximo”). Caso se verifique que os valores correspondentes aos 30% (trinta por cento) remanescentes do Evento de Liquidez ultrapassem o Limite Máximo, e se verifique que o montante excedente ao Limite Máximo somado ao valor correspondente a 70% (setenta por cento) dos valores líquidos recebidos em decorrência do Evento de Liquidez é igual ou superior ao Saldo Devedor das Debêntures, a Emissora deverá realizar o Resgate Antecipado Total Obrigatório.
- IV. Nas hipóteses (ii), (iii) e (iv) acima, a Emissora deverá realizar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ocorrência, o Resgate Antecipado Total Obrigatório sem qualquer incidência de prêmio ou de taxas adicionais.
- V. A operacionalização do Resgate Antecipado Total Obrigatório observará os procedimentos, condições e prazos estabelecidos na Cláusula 5.19 acima, conforme aplicável.
- VI. Para efeitos desta Cláusula 5.20 e da Cláusula 5.22 abaixo, todos e quaisquer



JUCESP
19 07 16

custos ou despesas incorridos pela Emissora e/ou pelas Fiadoras para realização de um Evento de Liquidez (incluindo, mas não se limitando a remuneração de assessores financeiros, assessores jurídicos, dentre outros), excetuados os valores pagos na forma de impostos ou tributos exigidos por lei ("Custos de Evento de Liquidez"), deverão observar o limite máximo, individual ou agregado, de 2,5% (dois inteiros e cinquenta centésimos por cento) do valor do Evento de Liquidez ou R\$11.500.000,00 (onze milhões e quinhentos mil reais), dentre eles o menor ("Valor Máximo dos Custos de Evento de Liquidez").

VII. Caso os Custos de Evento de Liquidez excedam o Valor Máximo dos Custos de Evento de Liquidez, tais valores deverão ser arcados pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, de forma que não integrem o valor a ser utilizado para a realização do Resgate Antecipado Total Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória (conforme definido abaixo).

5.21 Amortização Extraordinária Facultativa. A critério da Emissora, as Debêntures poderão ser extraordinariamente amortizadas de forma antecipada, a qualquer tempo, a partir da Data de Emissão (inclusive), desde que tal amortização reste limitada a até 98% (noventa e oito inteiros por cento) do saldo do Valor Nominal Unitário, que deverá abranger, proporcionalmente, todas as Debêntures, mediante aviso prévio aos Debenturistas e ao Agente Fiduciário, com 5 (cinco) dias úteis de antecedência, nos termos da Cláusula 5.34 abaixo, informando (i) a data da amortização extraordinária, (ii) o percentual do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizado, e (iii) qualquer outra informação relevante ao Agente Fiduciário e aos Debenturistas ("Amortização Extraordinária Facultativa"). A Amortização Extraordinária Facultativa deverá ser realizada da seguinte forma:

- I. Por ocasião da Amortização Extraordinária Facultativa, o valor devido pela Emissora será equivalente à parcela do saldo do Valor Nominal Unitário a ser amortizada, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a respectiva Data de Pagamento da Remuneração das Debêntures (conforme definida abaixo) imediatamente anterior, conforme o caso, até a data da efetiva amortização, não sendo devido qualquer prêmio ou penalidade.
- II. A Emissora deverá comunicar a CETIP, o Escriturador e o Banco Liquidante por meio de correspondência com o de acordo do Agente Fiduciário, da realização da Amortização Extraordinária Facultativa com, no mínimo, 2 (dois) dias úteis de antecedência da data estipulada para o pagamento. O pagamento



JUCESP
19 07 16

das Debêntures amortizadas será feito por meio dos procedimentos adotados pela CETIP, para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP e, nas demais hipóteses, por meio do Banco Liquidante e Escriturador.

- 5.22 *Amortização Extraordinária Obrigatória.* A amortização extraordinária obrigatória das Debêntures (“Amortização Extraordinária Obrigatória”) deverá ser realizada pela Emissora nas seguintes hipóteses: (i) ocorrência de um Evento de Liquidez, cujo montante, individual ou agregado, correspondente a 70% (setenta por cento) dos valores líquidos recebidos em decorrência do Evento de Liquidez somado ao montante excedente ao Limite Máximo, conforme aplicável, seja inferior ao Saldo Devedor das Debêntures; (ii) a amortização/liquidação de principal das operações de crédito junto ao Banco Bradesco S.A. durante o Período de Análise, conforme descritas na Cláusula 7.1, inciso XXXII desta Escritura de Emissão, cujo montante seja inferior ao Saldo Devedor das Debêntures; e/ou (iii) a ocorrência de um aporte na Emissora pelo Acionista Controlador, exclusivamente nos termos da Cláusula 7.2 desta Escritura de Emissão, cujo montante seja inferior ao Saldo Devedor das Debêntures.
- I. Na primeira hipótese, qual seja, na ocorrência de um Evento de Liquidez, a Emissora deverá realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória sem qualquer incidência de prêmio ou de taxas adicionais, no valor correspondente a 70% (setenta por cento) dos valores líquidos efetivamente recebidos em decorrência do Evento de Liquidez no prazo de até 5 (cinco) Dias Úteis contados da data do efetivo recebimento dos valores pela Emissora (“Data da Amortização Antecipada Obrigatória Decorrente de Evento de Liquidez”).
- II. Caso os recursos decorrentes do Evento de Liquidez sejam retidos, gravados, condicionados a eventos futuros e/ou onerados no âmbito do Evento de Liquidez a Data da Amortização Antecipada Obrigatória Decorrente de Evento de Liquidez será a data em que tais recursos forem liberados e/ou desonerados e ficarem disponíveis para a Emissora e/ou para os Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão.
- III. Os valores correspondentes aos 30% (trinta por cento) remanescentes do Evento de Liquidez serão utilizados pela Emissora para reforço de capital de giro, observado o Limite Máximo. Caso se verifique que os valores correspondentes aos 30% (trinta por cento) remanescentes do Evento de Liquidez ultrapassem o Limite Máximo, o montante excedente ao Limite Máximo deverá ser integralmente destinado pela Emissora à Amortização Extraordinária Obrigatória.
- IV. Nas hipóteses (ii) e (iii), a Emissora deverá realizar, no prazo de 5 (cinco) Dias Úteis contados de sua ocorrência, a Amortização Extraordinária Obrigatória sem qualquer



JUCESP
19 07 18

incidência de prêmio ou de taxas adicionais em valor correspondente a 100% (cem por cento) dos valores amortizados/liquidados no âmbito das operações de crédito junto ao Banco Bradesco S.A. e/ou dos valores recebidos em decorrência do aporte realizado pelo Acionista Controlador.

5.23 *Aquisição Facultativa.* A Emissora poderá, a qualquer tempo, adquirir Debêntures em circulação, observado o disposto no artigo 55, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, e nas regras expedidas pela CVM. As Debêntures adquiridas pela Emissora poderão, a critério da Emissora, ser canceladas, permanecer em tesouraria ou ser novamente colocadas no mercado, devendo, no primeiro caso, ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão. As Debêntures adquiridas pela Emissora para permanência em tesouraria nos termos desta Cláusula, se e quando recolocadas no mercado, farão jus à mesma Remuneração das Debêntures aplicável às demais Debêntures em circulação. Caso a Emissora venha a utilizar da prerrogativa prevista nesta Cláusula, a Emissora desde já expressamente se compromete a adquirir as Debêntures proporcionalmente a todos os Debenturistas interessados. Nesse sentido, a Emissora divulgará aviso aos Debenturistas, nos termos da Cláusula 5.34 abaixo, comunicando a intenção de realizar a aquisição facultativa, a quantidade de Debêntures que pretende adquirir e o prazo de manifestação dos Debenturistas.

5.24 *Distribuição e Negociação.* A distribuição e a negociação das Debêntures deverão ser realizadas da seguinte forma:

- I. Para realizar a distribuição das Debêntures, os Coordenadores (conforme definido abaixo) poderão acessar, no máximo 75 (setenta e cinco) investidores profissionais, conforme definição constante do artigo 9º-A da Instrução da CVM nº 539, de 13 de novembro de 2013, conforme alterada (“Instrução CVM 539” e “Investidores Profissionais”, respectivamente).
- II. As Debêntures deverão ser subscritas ou adquiridas por, no máximo, 50 (cinquenta) Investidores Profissionais.
- III. As Debêntures só poderão ser negociadas em mercado de balcão organizado e não organizado por investidores qualificados, conforme definição constante do artigo 9º-B da Instrução da CVM 539 (“Investidores Qualificados”), depois de decorridos 90 (noventa) dias contados de cada subscrição ou aquisição por Investidores Profissionais, observado o cumprimento, pela Emissora, das obrigações do artigo 17 da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis.

5.26 *Colocação e Plano de Distribuição.* As Debêntures serão objeto de oferta pública com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de colocação, nos



JUCESP
19 07 18

termos da Lei do Mercado de Valores Mobiliários, da Instrução CVM 476 e das demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, e do “Contrato de Distribuição Pública com Esforços Restritos de Colocação da 5ª (Quinta) Emissão de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, sob o Regime de Garantia Firme, da Brasil Pharma S.A.” (“Contrato de Distribuição”), com intermediação de instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários (sendo a instituição intermediária líder denominada “Coordenador Líder” e, em conjunto com as demais instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição de valores mobiliários, “Coordenadores”), observadas as seguintes condições.

- I. O plano de distribuição das Debêntures seguirá o procedimento descrito na Instrução CVM 476 (“Plano de Distribuição”).
- II. A Emissão não poderá ser aumentada em nenhuma hipótese.
- III. A colocação das Debêntures será realizada de acordo com os procedimentos do MDA, administrado e operacionalizado pela CETIP e com o Plano de Distribuição previsto nesta Cláusula.
- IV. No ato de subscrição e integralização das Debêntures, cada Investidor Profissional assinará declaração atestando, dentre outros, estar ciente de que (i) a Emissão não foi registrada perante a CVM; (ii) a Emissão será registrada perante a ANBIMA apenas para os fins de envio de informações à sua base de dados, desde que sejam expedidas as diretrizes específicas pelo Conselho de Regulação e Melhores Práticas do Mercado de Capitais da ANBIMA nesse sentido até a data de protocolo do comunicado de encerramento da Oferta perante a CVM; (iii) as Debêntures estão sujeitas a restrições de negociação previstas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Distribuição e na regulamentação aplicável; e (iv) concorda expressamente com todos os termos e condições dessa Emissão.
- V. Não será constituído fundo de sustentação de liquidez, tampouco será celebrado contrato de garantia de liquidez para as Debêntures. Não será firmado, ainda, contrato de estabilização de preço das Debêntures no mercado secundário.

5.27 *Direito ao Recebimento dos Pagamentos.* Farão jus ao recebimento de qualquer valor devido pela Emissora aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão aqueles que forem Debenturistas ao final do dia útil imediatamente anterior à respectiva data de pagamento.

5.28 *Encargos Moratórios.* Ocorrendo impontualidade no pagamento de qualquer valor



JURIS
19 02 16

devido relativamente a qualquer obrigação decorrente desta Escritura de Emissão, sobre todos e quaisquer valores em atraso incidirão, independentemente de aviso, notificação ou interpelação judicial ou extrajudicial, e sem prejuízo da Remuneração das Debêntures, calculada *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento: (i) multa moratória não compensatória de 2% (dois por cento); e (ii) juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, calculados *pro rata temporis* desde a data de inadimplemento até a data do efetivo pagamento (“Encargos Moratórios”).

- 5.29 *Decadência dos Direitos aos Acréscimos.* O não comparecimento do Debenturista para receber o valor correspondente a quaisquer obrigações pecuniárias nas datas previstas nesta Escritura de Emissão ou em qualquer comunicação realizada ou aviso publicado nos termos desta Escritura de Emissão não lhe dará o direito a qualquer acréscimo no período relativo ao atraso no recebimento, assegurados, todavia, os direitos adquiridos até a data do respectivo vencimento ou pagamento, no caso de impuntualidade no pagamento.
- 5.30 *Local de Pagamento.* Os pagamentos referentes às Debêntures e a quaisquer outros valores eventualmente devidos pela Emissora serão realizados (i) utilizando-se os procedimentos adotados pela CETIP para as Debêntures custodiadas eletronicamente na CETIP; ou (ii) na hipótese de as Debêntures não estarem custodiadas eletronicamente na CETIP: (a) na sede da Emissora ou do Escriturador; ou (b) conforme o caso, pela instituição financeira contratada para este fim.
- 5.31 *Imunidade Tributária.* Caso qualquer Debenturista tenha imunidade ou isenção tributária, este deverá encaminhar ao Banco Liquidante e ao Escriturador, no prazo mínimo de 10 (dez) dias úteis anteriores à data prevista para recebimento de valores relativos às Debêntures, toda a documentação comprobatória de tal imunidade ou isenção tributária, sendo certo que, caso o Debenturista não envie referida documentação, a Emissora fará as retenções dos tributos previstos em lei.
- 5.31.1 O Debenturista que tenha apresentado documentação comprobatória de sua condição de imunidade ou isenção tributária, nos termos da Cláusula 5.31 acima, e que tiver essa condição alterada por disposição normativa, ou por deixar de atender às condições e requisitos porventura prescritos no dispositivo legal aplicável, ou ainda, tiver essa condição questionada por autoridade judicial, fiscal ou regulamentar competente, deverá comunicar esse fato, de forma detalhada e por escrito, ao Banco Liquidante e ao Escriturador, bem como prestar qualquer informação adicional em relação ao tema que lhe seja solicitada pelo Banco Liquidante e/ou pelo Escriturador.
- 5.32 *Prorrogação dos Prazos.* Considerar-se-ão prorrogados os prazos referentes ao

DOESP
19 07 16

pagamento de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão até o 1º (primeiro) dia útil subsequente, se o seu vencimento coincidir (i) com relação a qualquer pagamento realizado por meio da CETIP, com qualquer dia que seja sábado, domingo ou feriado declarado nacional; e (ii) com relação a qualquer outro pagamento que não seja realizado por meio da CETIP, bem como com relação a outras obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, com qualquer dia no qual não haja expediente nos bancos comerciais na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e que seja sábado ou domingo.

5.33 *Forma e Preço de Integralização.* As Debêntures serão subscritas e integralizadas por meio do MDA, à vista, no ato da subscrição, em moeda corrente nacional, em uma única data (“Data de Integralização”), na forma dos artigos 7-A e 8º da Instrução CVM 476 e de acordo com as normas de liquidação aplicáveis à CETIP, sendo que as Debêntures serão integralizadas pelo seu Valor Nominal Unitário (“Preço de Integralização”).

5.34 *Publicidade.* Todos os atos e decisões relativos às Debêntures deverão ser comunicados, na forma de aviso aos Debenturistas, a ser publicado no DOESP e no jornal “Valor Econômico”, bem como na página da Emissora na rede mundial de computadores – internet (<http://ri.brasilpharma.com.br/>) sempre imediatamente após a realização ou ocorrência do ato a ser divulgado, observado o estabelecido no artigo 289 da Lei das Sociedades por Ações e as limitações impostas pela Instrução CVM 476 em relação à publicidade da Oferta e os prazos legais. A Emissora poderá alterar o jornal acima por outro jornal de grande circulação que seja adotado para suas publicações societárias, mediante prévia comunicação por escrito ao Agente Fiduciário e prévia publicação, na forma de aviso aos Debenturistas, no jornal acima indicado.

6 VENCIMENTO ANTECIPADO

6.1 *Vencimento Antecipado.* Sujeito ao disposto nas Cláusulas 6.2 e 6.3 abaixo, o Agente Fiduciário deverá, assim que ciente, declarar antecipadamente vencidas todas as obrigações objeto desta Escritura de Emissão e exigir o imediato pagamento, pela Emissora, do Valor Nominal Unitário ou saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou desde a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, até a data do efetivo pagamento (e, ainda, no caso do inciso I da Cláusula 6.1.1 abaixo, dos Encargos Moratórios), na ocorrência de quaisquer dos eventos previstos nas Cláusulas 6.1.1 e



JUCESP
19 07 16

6.1.2 abaixo (cada evento, um "Evento de Inadimplemento").

6.1.1 Constituem Eventos de Inadimplemento que acarretam o vencimento automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de aviso ou notificação, judicial ou extrajudicial, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.1.1.1 abaixo:

- I. inadimplemento, pela Emissora e/ou pelas Fiadoras, na respectiva data de vencimento, de qualquer obrigação pecuniária devida aos Debenturistas não sanada no período de 1 (um) dia útil contado da data do respectivo descumprimento;
- II. (a) liquidação, dissolução ou extinção da Emissora, de qualquer das Fiadoras, da controladora, direta ou indireta (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) da Emissora ("Controladora"), e/ou de qualquer sociedade controlada (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações) pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras ("Controlada" e, em conjunto com Controladora, "Afiladas"), exceto se a liquidação, dissolução e/ou extinção decorrer de uma operação societária de acordo com o item XII desta Cláusula; (b) decretação de falência da Emissora, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer de suas Afiladas; (c) pedido de autofalência, pela Emissora, por qualquer das Fiadoras e/ou por qualquer de suas Afiladas; (d) pedido de falência da Emissora, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer de suas Afiladas, formulado por terceiros não elidido no prazo legal; ou (e) pedido de recuperação judicial ou de recuperação extrajudicial da Emissora, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer de suas Afiladas, independentemente do deferimento do respectivo pedido;
- III. não utilização, pela Emissora, dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
- IV. não cumprimento das obrigações não pecuniárias previstas no Contrato de Cessão Fiduciária ou nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão e da Oferta nos prazos neles previstos, ou na ausência de prazo expressamente previsto, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento de aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário;
- V. questionamento judicial, pela Emissora, por qualquer das Fiadoras, por qualquer Controladora, por qualquer Controlada, e/ou por qualquer coligada da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- VI. cancelamento, revogação, rescisão, suspensão dos efeitos ou decretação de invalidade, nulidade ou inexequibilidade desta Escritura de Emissão (e/ou de



JUCESP
19.07.16

qualquer de suas disposições), do Contrato de Cessão Fiduciária (e/ou de qualquer de suas disposições) e/ou dos demais documentos referentes à Oferta e a presente Emissão ou de quaisquer de suas disposições conforme sentença declaratória;

- VII. cessão, promessa de cessão ou qualquer forma de transferência ou promessa de transferência a terceiros, no todo ou em parte, pela Emissora e/ou por qualquer das Fiadoras, de qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária, sem a prévia anuência, por escrito, de Debenturistas representando, no mínimo, 84% (oitenta e quatro por cento) das Debêntures em circulação;
- VIII. com relação a qualquer dos bens dados em garantia no âmbito da Cessão Fiduciária e/ou a qualquer dos direitos a estes inerentes, nos termos do Contrato de Cessão Fiduciária, rescisão, distrato, aditamento ou qualquer forma de alteração, cessão, venda, alienação, transferência, permuta, conferência ao capital, comodato, empréstimo, locação, arrendamento, dação em pagamento, instituição de usufruto ou fideicomisso, endosso, desconto ou qualquer outra forma de transferência ou disposição, inclusive por meio de redução de capital, ou constituição de qualquer Ônus (assim definido como hipoteca, penhor, alienação fiduciária, cessão fiduciária, usufruto, fideicomisso, promessa de venda, opção de compra, encargo, gravame ou ônus, arresto, sequestro ou penhora, judicial ou extrajudicial, voluntário ou involuntário, ou outro ato que tenha o efeito prático similar a qualquer das expressões acima ("Ônus")) (exceto pelas Garantias), em qualquer dos casos deste inciso, de forma gratuita ou onerosa, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, ainda que para ou em favor de pessoa do mesmo grupo econômico;
- IX. não atendimento, após decorridos eventuais prazos de cura previstos no Contrato de Cessão Fiduciária, às obrigações de reforço e/ou aos limites, percentuais e/ou valores da Cessão Fiduciária;
- X. mudança ou transferência, a qualquer título, do controle acionário (conforme definição de controle prevista no artigo 116 da Lei das Sociedades por Ações), direto ou indireto, da Emissora e/ou das Fiadoras detidos na Data de Emissão, exceto: (i) no caso da Emissora, se dentro do contexto de uma operação de M&A na qual os recursos obtidos com a operação sejam utilizados para quitação integral das Obrigações Garantidas, e/ou (ii) se mantido o controle indireto da Emissora e/ou das Fiadoras e desde que não haja ingresso de



19 07 16

terceiro alheio ao grupo econômico da Emissora ou da Fiadora;

- a disposto
 o máximo



JUCESP
19 07 16

XVII. transformação do tipo societário da Emissora, de modo que ela deixe de ser uma sociedade por ações, nos termos do artigo 220 a 222 da Lei das Sociedades por Ações; e

XVIII. descumprimento da obrigação de aporte de capital pelo Acionista Controlador, nos termos da Cláusula 7.2 desta Escritura de Emissão.

6.1.1.1. A ocorrência de quaisquer dos Eventos de Inadimplemento indicados na Cláusula 6.1.1 acima acarretará o vencimento antecipado automático das obrigações decorrentes das Debêntures, independentemente de qualquer consulta aos Debenturistas, com a consequente declaração, pelo Agente Fiduciário, assim que ciente da ocorrência dos eventos indicados acima, do vencimento antecipado de todas as obrigações decorrentes das Debêntures e exigência do pagamento do que for devido, independentemente de convocação de Assembleia Geral de Debenturistas ou da necessidade de envio de qualquer forma de comunicação ou notificação à Emissora.

6.1.2. Constituem Eventos de Inadimplemento não automáticos que acarretam o vencimento não automático das obrigações decorrentes das Debêntures, aplicando-se o disposto na Cláusula 6.3 abaixo, qualquer dos eventos previstos em lei e/ou qualquer dos seguintes Eventos de Inadimplemento:

- I. existência de decisão, seja no âmbito de processo judicial ou procedimento arbitral proposto por qualquer pessoa não mencionada no inciso V da Cláusula 6.1.1 acima, que produza efeitos imediatos em relação à invalidação ou nulidade desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária;
- II. falta de cumprimento por parte da Emissora, das Fiadoras ou por qualquer uma de suas Controladas, durante a vigência das Debêntures, das leis, normas e regulamentos, inclusive ambientais, que afetem de forma material a capacidade da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras de cumprir fiel e integralmente com suas obrigações nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária e não sanadas no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da data do recebimento de aviso por escrito enviado pelo Agente Fiduciário nesse sentido e/ou de conhecimento da administração da Emissora, dos dois o menor;
- III. existência de sentenças judiciais condenatórias que sejam exequíveis desde logo, transitadas em julgado, sentenças arbitrais irrecorríveis ou emissão de um ou mais laudos arbitrais definitivos contra a Emissora que resulte(m), em conjunto ou isoladamente, em obrigação de pagamento para a Emissora de valor individual ou agregado igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze



JUCESP
19 07 16

milhões de reais), ou seu equivalente em outras moedas, exceto pelas contingências existentes na Data de Emissão, conforme divulgadas nas Informações Financeiras Trimestrais (ITR) relativas ao 1º trimestre de 2016, e no Formulário de Referência da Emissora com data base de 31 de dezembro de 2015, que somam o montante total de R\$ 487.109.748,13, desde que sejam liquidadas pela Emissora no prazo de 30 (trinta) dias após a juntada dos autos do mandado de citação, penhora e avaliação, ressalvada a possibilidade de apresentação de garantias em juízo dentro desse prazo;

- IV. declaração de vencimento antecipado de qualquer obrigação financeira e/ou dívida da Emissora, das Fiadoras e/ou de qualquer Afiliada junto a quaisquer terceiros não mencionados no inciso XIII da Cláusula 6.1.1 acima em valor, individual ou agregado, igual ou superior a R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais) não sanado no prazo de até 5 (cinco) dias úteis e desde que nesse prazo não exista declaração de vencimento antecipado de outra operação em razão desta;
- V. comprovação de que quaisquer das declarações ou garantias prestadas pela Emissora, pelas Fiadoras e/ou pelo Acionista Controlador nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou nos demais documentos da Emissão e da Oferta são falsas, incorretas ou enganosas;
- VI. constituição de qualquer Ônus, mecanismo de autoliquidez ou prestação de garantia de qualquer espécie a terceiros, sobre ativos, bens e/ou direitos da Emissora, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer de suas Controladas, exceto (a) por Ônus existentes na Data de Emissão; (b) por Ônus constituídos sob o estoque no curso normal de seus negócios, desde que respeitado o limite de endividamento de R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais), conforme descrito no item VIII abaixo; (c) pela constituição de Ônus no âmbito de operações de crédito ou investimento com recursos de bancos e fundos de desenvolvimento e/ou constitucionais nacionais e/ou internacionais; (d) pela constituição de Ônus para operações destinadas a aquisição de equipamentos, sistemas, softwares contraídas diretamente junto a fornecedores ; (e) para as operações classificadas como Evento de Liquidez; (f) para o cumprimento de decisão judicial ou da legislação aplicável, desde que não ultrapasse o montante individual ou agregado de R\$15.000.000,00 (quinze milhões de reais); e/ou (g) em operações de antecipação e/ou cessão de recebíveis de cartão de crédito, desde que a Emissora e as Fiadoras estejam adimplentes com todas as obrigações pecuniárias e não pecuniárias desta Emissão;



JUCESP
19 07 16

- VII. desapropriação, confisco ou qualquer outro ato de qualquer entidade governamental de qualquer jurisdição que resulte na perda, pela Emissora, por qualquer das Fiadoras e/ou por qualquer de suas Controladas, da propriedade e/ou da posse direta ou indireta de ativos em valores individuais ou agregados superiores a R\$30.000.000,00 (trinta milhões de reais);
- VIII. contratação e/ou assunção de novas dívidas financeiras, inclusive operações de risco sacado, em que a Emissora e/ou as Fiadoras constem como sacado, ou realização de emissões de valores mobiliários representativos de dívida da Emissora, sem aprovação prévia dos Debenturistas, que façam com que o endividamento financeiro oneroso total consolidado da Emissora, de curto e longo prazo (incluindo as Debêntures), conforme as demonstrações financeiras auditadas da Emissora, seja superior a R\$800.000.000,00 (oitocentos milhões de reais);
- IX. concessão e pagamento de mútuos entre a Emissora, as Fiadoras e sociedades de seu conglomerado econômico (*intercompany*), exceto (i) para as Fiadoras; (ii) das Fiadoras para a Emissora; (iii) entre as Fiadoras; (iv) para Afiliadas que não são Fiadoras, neste último caso desde que o saldo de mútuo concedido não ultrapasse, de forma consolidada, R\$ 15.000.000,00 (quinze milhões de reais);
- X. redução do capital social da Emissora, sem prévia anuência dos Debenturistas;
- XI. com exceção do dividendo mínimo obrigatório previsto no artigo 202, da Lei das Sociedades por Ações, qualquer distribuição de recursos pela Emissora aos acionistas na forma de dividendos, juros sobre o capital próprio, amortização de ações, bonificações em dinheiro e quaisquer outros tipos de remuneração antes da Data de Vencimento das Debêntures, sem prévia autorização dos Debenturistas, exceto no caso de bonificações em dinheiro para administradores e/ou funcionários da Emissora, nos termos do seu plano de remuneração, limitado ao valor individual ou agregado de R\$ 9.000.000,00 (nove milhões de reais) por ano, durante o Período de Análise;
- XII. caso a Emissora não utilize integralmente os recursos recebidos por meio de aporte do Acionista Controlador, nos termos da Cláusula 7.2 desta Escritura de Emissão, para realizar a Amortização Extraordinária Obrigatória ou o Resgate Antecipado Total Obrigatório das Debêntures, conforme o caso;
- XIII. alteração do Estatuto Social da Emissora, visando alterar a regra de distribuição de lucros ali prevista na Data de Emissão; e
- XIV. não observância pela Emissora dos seguintes índices e limites financeiros



Handwritten signature and initials in blue ink.

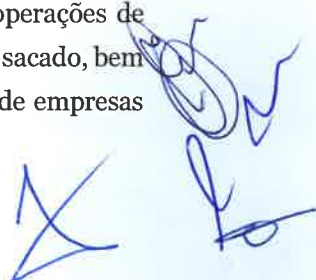
JUCESP
19 07 16

("Índices Financeiros"), a serem verificados ~~semestralmente~~ pelo Agente Fiduciário, com base nos últimos 12 (doze) meses, em até 10 (dez) dias úteis do envio das informações previstas no inciso III da Cláusula 7.1 abaixo, a serem calculados pela Emissora com base nas suas demonstrações financeiras consolidadas, a partir do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2016, em até 15 (quinze) dias corridos após a divulgação à CVM das demonstrações financeiras, até o pagamento integral dos valores devidos em virtude das Debêntures, sendo certo que, na hipótese de venda, total ou parcial, de pontos de venda, centro de distribuição, farmácias ou redes de farmácia da Emissora e/ou das Fiadoras, os Índices Financeiros aqui previstos deverão ser renegociados entre a Emissora e os Debenturistas em Assembleia Geral de Debenturistas:

- (a) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 8,5 em 31 de dezembro de 2016;
- (b) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 6,5 em 30 de junho de 2017;
- (c) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 4,5 em 31 de dezembro de 2017;
- (d) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 4,5 em 30 de junho de 2018;
- (e) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,5 em 31 de dezembro de 2018;
- (f) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,5 em 30 de junho de 2019;
- (g) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,0 em 31 de dezembro de 2019;
- (h) Dívida Líquida/EBITDA: igual ou inferior a 3,0 em 30 de junho de 2020;

onde:

"Dívida Líquida" corresponde à soma dos saldos dos empréstimos, financiamentos e outras dívidas financeiras onerosas, incluindo, sem limitação, as Debêntures, aquisições a pagar, o saldo líquido das operações ativas e passivas com derivativos em que a Emissora seja parte, classificadas no passivo circulante e exigível de longo prazo da Emissora, operações de risco sacado, em que a Emissora e/ou as Fiadoras constem como sacado, bem como avais, fianças e demais garantias prestadas em benefício de empresas



não consolidadas nas demonstrações financeiras auditadas da Emissora, menos caixa, equivalentes de caixa e aplicações financeiras;

"EBITDA" corresponde ao lucro ou prejuízo líquido, antes da contribuição social e imposto de renda, resultados financeiros, provisões, depreciação e amortização, com base nos últimos 12 (doze) meses, e ajustado para despesas não recorrentes, sendo uma medição não contábil elaborada pela Emissora.

- 6.2 Todos os valores previstos nas Cláusulas 6.1.1 e 6.1.2 acima deverão ser atualizados, anualmente a partir da Data de Emissão, de acordo com a variação acumulada do IGP-M/FGV, ou seu equivalente em outras moedas.
- 6.3 A ocorrência de qualquer dos Eventos de Inadimplemento acima descritos deverá ser prontamente comunicada ao Agente Fiduciário, pela Emissora e/ou por quaisquer das Fiadoras nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, em até 2 (dois) dias úteis da sua ocorrência. O descumprimento deste dever pela Emissora e/ou por quaisquer das Fiadoras não impedirá o Agente Fiduciário e/ou os Debenturistas de, a seu critério, exercer seus poderes, faculdades e pretensões previstos nesta Escritura de Emissão e nos demais documentos da Emissão, inclusive o de declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.4 Ocorrendo qualquer dos Eventos de Inadimplemento previstos na Cláusula 6.1.2 acima, o Agente Fiduciário deverá, inclusive para fins do disposto na Cláusulas 6.5 abaixo, convocar, no prazo máximo de 5 (cinco) dias úteis contados da data em que constatar ou tomar ciência de sua ocorrência, Assembleia Geral de Debenturistas, a se realizar no prazo mínimo previsto na Lei das Sociedades por Ações, para deliberar sobre a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures. A referida Assembleia Geral de Debenturistas poderá, por deliberação de Debenturistas representando, no mínimo, 84% (oitenta e quatro por cento) das Debêntures em circulação, determinar que o Agente Fiduciário não declare o vencimento antecipado das Debêntures, sendo permitida a suspensão dos trabalhos para deliberação em data posterior desde que acordado por Debenturistas representando, no mínimo, 84% (oitenta e quatro por cento) das Debêntures em circulação. Não havendo aprovação quanto a não declaração do vencimento antecipado das Debêntures, ou em caso de não instalação, em segunda convocação, da referida Assembleia Geral de Debenturistas, o Agente Fiduciário deverá declarar o vencimento antecipado das Debêntures.
- 6.5 Na ocorrência do vencimento antecipado de Debêntures, o Agente Fiduciário deverá enviar imediatamente notificação à Emissora e às Fiadoras ("Notificação de Vencimento Antecipado"), com cópia para o Banco Liquidante, o Escriturador e a



JUCESP
19 07 16

CETIP, conforme aplicável, para que resgatem a totalidade das Debêntures, com o seu consequente cancelamento, obrigando-se a Emissora e/ou as Fiadoras a pagar o saldo do Valor Nominal Unitário das Debêntures em circulação, acrescido da Remuneração das Debêntures aplicável, calculada *pro rata temporis* desde a Data de Integralização ou a data de Pagamento de Remuneração das Debêntures imediatamente anterior, conforme o caso, inclusive, até a data do seu efetivo pagamento, exclusive, acrescido ainda de Encargos Moratórios, se for o caso, nos termos desta Escritura de Emissão, sendo certo que, tal pagamento é devido pela Emissora e pelas Fiadoras deste a data da declaração do vencimento antecipado, podendo os Debenturistas adotar todas as medidas necessárias para a satisfação do seu crédito, independentemente de qualquer prazo operacional necessário para o resgate das Debêntures.

7. OBRIGAÇÕES ADICIONAIS DA EMISSORA, DAS FIADORAS E DO ACIONISTA CONTROLADOR

7.1 A Emissora e as Fiadoras, de forma solidária, estão obrigadas a, conforme o caso:

- I. (i) fornecer ao Agente Fiduciário ou disponibilizar em sua página na internet:
 - (a) dentro do prazo de 90 (noventa) dias do término de cada exercício social, ou na data de suas respectivas divulgações, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo exercício social encerrado, acompanhadas do relatório da administração e do parecer dos auditores independentes, acompanhadas de: (a) cópia de qualquer comunicação feita pelos auditores independentes à Emissora, ou aos membros de sua administração, e respectivas respostas, relativas a essas demonstrações financeiras, ao sistema de contabilidade, à gestão ou às contas; e (b) declaração do Diretor de Relação com Investidores da Emissora e das Fiadoras, conforme o caso, atestando o cumprimento de todas as obrigações constantes nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, inclusive com relação às suas Controladas, e a não ocorrência de qualquer causa de vencimento antecipado;
 - (b) dentro do legalmente estabelecido, após o término de cada trimestre do exercício social, ou na data de sua divulgação, o que ocorrer primeiro, cópia de suas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao respectivo trimestre, acompanhadas do relatório de revisão especial dos auditores independentes;
 - (c) em até 15 (quinze) dias do fornecimento das demonstrações financeiras



DUCE SP
19 07 16

previstas nos subitens (a) e (b) do inciso (I) desta Cláusula 7.1, enviar ao Agente Fiduciário demonstrativo detalhado de apuração dos Índices Financeiros devidamente calculados pela Emissora, com a memória de cálculo demonstrando a abertura das contas que permitiram o cálculo em questão, e todas as rubricas necessárias para a obtenção de referidos Índices Financeiros, bem como quaisquer outras informações que tenham sido necessárias para a verificação dos Índices Financeiros;

- (d) na mesma data a que se refere a alínea anterior, declaração firmada por representantes legais de cada uma das Fiadoras de que possuem patrimônio suficiente para quitar as obrigações objeto da Fiança;
- (e) no prazo de até 1 (um) dia útil contado da data em que forem publicados, cópia dos avisos aos Debenturistas;
- (f) notificação ao Agente Fiduciário da convocação de qualquer Assembleia Geral de Debenturistas pela Emissora, em até 2 (dois) dias úteis contados da respectiva convocação;
- (g) na mesma data da publicação, as informações veiculadas na forma prevista na Cláusula 5.34 acima;
- (h) sem prejuízo do item (g) acima, cópia das informações periódicas e eventuais exigidas pelas normas da CVM, fatos relevantes e atos societários da Emissora, bem como as informações pertinentes à Instrução CVM nº 480, de 7 de dezembro de 2009, conforme alterada ("Instrução CVM 480"), que devam ser publicadas ou enviadas à CVM, em até 5 (cinco) dias úteis após as respectivas publicações ou do envio das informações à CVM;
- (i) em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) informações a respeito da ocorrência de qualquer Evento de Inadimplemento, inclusive com relação às Controladas; ou (ii) envio de cópia de qualquer correspondência ou notificação, judicial ou extrajudicial, recebida relacionada a um Evento de Inadimplemento;
- (j) em até 2 (dois) dias úteis contados da sua ciência ou recebimento, conforme o caso, (i) descumprimento de qualquer obrigação pecuniária ou não pecuniária prevista nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária e/ou nos demais documentos da Oferta e da Emissão; e (ii) de sentença judicial condenatória, que seja exequível desde logo, ainda que não transitada em julgado, ou sentença arbitral ou emissão de laudo arbitral contra a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras de que trata a Cláusula 6.1.2, inciso III desta Escritura de Emissão;



JUCESP
19 07 18

- (k) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da data de recebimento da respectiva solicitação, resposta a eventuais dúvidas do Agente Fiduciário sobre qualquer informação que lhe venha a ser razoavelmente solicitada;
 - (l) na data de divulgação ao mercado, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento que faça com que as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e/ou das Fiadoras não mais reflitam a real condição econômica e financeira da Emissora e/ou das Fiadoras, conforme o caso;
 - (m) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de ciência, informações a respeito da ocorrência de qualquer evento ou situação que cause (i) qualquer efeito adverso relevante na situação (financeira ou de outra natureza), nos negócios, nos bens, nos resultados operacionais, nas condições reputacionais e/ou nas perspectivas da Emissora, de qualquer das Fiadoras e/ou de qualquer de suas Controladas; e/ou (ii) qualquer efeito adverso na capacidade da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras de cumprir qualquer de suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e/ou do Contrato de Cessão Fiduciária ("Efeito Adverso Relevante");
 - (n) no prazo de até 2 (dois) dias úteis contados da data de utilização dos recursos obtidos com a Emissão, declaração firmada por representantes legais da Emissora e acerca da utilização dos recursos obtidos com a Emissão estritamente nos termos da Cláusula 4.1 acima;
 - (o) no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados do encerramento de cada mês, durante o período que se inicia na Data de Emissão até 25 de janeiro de 2018, data da primeira parcela de amortização, de acordo com a Cláusula 5.13 desta Escritura de Emissão, inclusive ("Período de Análise"), relatório da posição das operações de crédito existentes entre a Emissora e o Banco Bradesco S.A.
- II. exclusivamente no caso da Emissora, atender integralmente às obrigações previstas no artigo 17 da Instrução CVM 476, sendo (a) preparar demonstrações financeiras de encerramento de exercício e, se for o caso, demonstrações consolidadas, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações e com as regras emitidas pela CVM; (b) submeter suas demonstrações financeiras a auditoria, por auditor registrado na CVM; (c) divulgar suas demonstrações financeiras, acompanhadas de notas explicativas e parecer dos auditores independentes, em sua página na rede mundial de computadores, e manter tais documentos disponíveis na mesma página por um prazo de 3 (três) anos; (d) observar as disposições da Instrução CVM 358, de 3 de janeiro de 2002, conforme alterada ("Instrução CVM 358"), no tocante ao dever de sigilo



JUCE SP
19.07.16

- e vedações à negociação; (e) divulgar a ocorrência de fato relevante em sua página na rede mundial de computadores, comunicando imediatamente aos Coordenadores; e (f) fornecer as informações solicitadas pela CVM;
- III. cumprir, e fazer com que suas Controladas cumpram, as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou instâncias judiciais aplicáveis ao exercício de suas atividades, exceto por aqueles questionados de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- IV. cumprir com todas as suas obrigações perante a CETIP, incluindo o envio de documentos e prestação de informações que lhe forem solicitadas pelos referidos entes, na forma da lei;
- V. cumprir as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios, exceto por aquelas questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- VI. manter, e fazer com que suas Controladas mantenham, sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações, licenças, inclusive as ambientais, concessões, permissões e alvarás exigidos para o regular exercício das atividades desenvolvidas pela Emissora, por qualquer das Fiadoras e/ou por qualquer de suas Controladas, exceto se a não manutenção não afetar de forma adversa e material a capacidade da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- VII. manter, e fazer com que as Controladas mantenham, seguro adequado para seus bens e ativos relevantes, conforme práticas correntes de mercado;
- VIII. manter sempre válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor todas as autorizações necessárias à assinatura desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária e dos demais documentos da Oferta e da Emissão, e ao cumprimento de todas as obrigações aqui e ali previstas;
- IX. contratar e manter contratados, às suas expensas, os prestadores de serviços inerentes às obrigações previstas nesta Escritura de Emissão e no Contrato de Cessão Fiduciária, incluindo, mas não se limitando a, o Agente Fiduciário, o Escriturador, o Banco Liquidante, o banco centralizador da Cessão Fiduciária e o sistema de negociação das Debêntures no mercado secundário (CETIP21);
- X. exclusivamente em relação à Emissora, utilizar os recursos obtidos com a Oferta estritamente nos termos da Cláusula 4.1. acima, assim como não utilizar



DUCE SP
19 07 16

los, de forma direta ou indireta, para a prática de ato previsto nas Leis Anticorrupção (conforme definido abaixo);

- XI. observar e cumprir a Lei nº 12.846/13, o Decreto nº 8.420/15 e demais leis aplicáveis relacionadas à prática de corrupção e atos lesivos à administração pública e ao patrimônio público nacional, assim como, desde que aplicável, a *U.S Foreign Corrupt Practice Act of 1977* (FCPA) e o *UK Bribery Act* (UKBA) (em conjunto, as “Leis Anticorrupção”), devendo (i) manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento às Leis Anticorrupção; (ii) abster-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional ou estrangeira, conforme aplicável, no interesse ou para benefício, exclusivo ou não, da Emissora ou de qualquer das Afiliadas; (iii) informar, imediatamente, por escrito, aos Coordenadores, detalhes de qualquer violação às Leis Anticorrupção; e (iv) realizar eventuais pagamentos devidos no âmbito da Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária;
- XII. manter políticas e procedimentos internos que assegurem integral cumprimento pela Emissora, qualquer das Fiadoras e/ou qualquer uma de suas Controladas, ou por seus respectivos administradores, no exercício de suas funções, das normas relativas ao combate à discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, trabalho escravo, ou de normas relativas ao meio ambiente ou crimes contra o meio ambiente,
- XIII. comunicar o Agente Fiduciário, assim que tiver conhecimento, sobre a existência de sentença condenatória que seja exequível desde logo, ainda que não transitada em julgado, em razão da prática de atos, pela Emissora, qualquer das Fiadoras e/ou qualquer uma de suas Controladas ou por seus respectivos administradores, no exercício de suas funções, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, e trabalho escravo, ou de normas relativas ao meio ambiente ou crimes contra o meio ambiente;
- XIV. realizar o recolhimento de todos os tributos que incidam ou venham a incidir sobre as Debêntures que sejam de responsabilidade da Emissora e, se aplicável, das Fiadoras;
- XV. não realizar operações fora do seu objeto social, observadas as disposições estatutárias, legais e regulamentares em vigor;
- XVI. efetuar o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário, nos termos da Cláusula 8.4 abaixo, e desde que assim solicitado pelo Agente Fiduciário, o pagamento das despesas razoáveis e devidamente comprovadas incorridas pelo



Handwritten signature in blue ink.

JUCESP
19 07 15

Agente Fiduciário;

- XVII. convocar, imediatamente, Assembleia Geral de Debenturistas para deliberar sobre qualquer das matérias que, no entendimento da Emissora, afetem direta ou indiretamente os interesses dos Debenturistas, caso o Agente Fiduciário não o faça no prazo aplicável e notificar o Agente Fiduciário a respeito de tal convocação;
- XVIII. comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas, sempre que solicitadas;
- XIX. exclusivamente em relação à Emissora, submeter, na forma da lei, suas demonstrações financeiras a exame de empresa de auditoria independente devidamente registrada na CVM;
- XX. exclusivamente em relação à Emissora, manter sempre atualizado o seu registro de companhia aberta junto à CVM, nos termos regulamentos e instruções da CVM aplicáveis, em especial a Instrução CVM 480;
- XXI. exclusivamente em relação à Emissora, manter em adequado funcionamento um departamento para atender, aos Debenturistas, podendo utilizar, para esse fim, a estrutura e os órgãos destinados ao atendimento de seus acionistas, ou contratar instituições financeiras autorizadas para a prestação desse serviço;
- XXII. notificar o Agente Fiduciário e a CETIP sobre qualquer ato ou fato relevante que possa causar interrupção ou suspensão das atividades da Emissora e/ou de qualquer das Fiadoras, no prazo máximo de 30 (trinta) dias após a ocorrência do evento;
- XXIII. fornecer à CETIP as informações necessárias para a realização do pagamento das Debêntures e para a manutenção do registro das Debêntures perante a CETIP;
- XXIV. exclusivamente em relação à Emissora, na forma, prazos e condições previstos na legislação em vigor, apresentar ao público as decisões tomadas pela Emissora com relação a seus resultados operacionais, atividades comerciais e quaisquer outros fatos considerados relevantes nos termos da regulamentação expedida pela CVM;
- XXV. comunicar imediatamente aos Debenturistas qualquer fato relevante, conforme definido pelo artigo 2º da Instrução CVM 358, em sua condição financeira, societária, reputacional e/ou operacional que possa afetar a decisão dos Investidores Qualificados de adquirir as Debêntures;
- XXVI. não divulgar ao público informações referentes à Emissora, à Emissão ou às Debêntures, em desacordo com o disposto na regulamentação aplicável, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo



JUCESP
19 DE 16

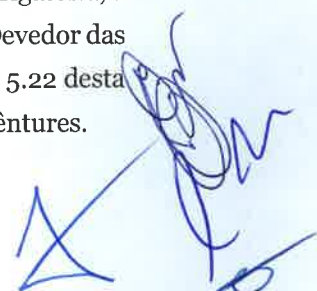
48 da Instrução CVM nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada (“Instrução CVM 400”), com exceção do inciso II do referido artigo 48 da Instrução CVM 400;

- XXVII. abster-se, até o envio da comunicação de encerramento da Oferta à CVM, de (a) divulgar ao público informações referentes à Emissão e/ou à Oferta, exceto em relação às informações divulgadas ao mercado no curso normal das atividades da Emissora, advertindo os destinatários sobre o caráter reservado da informação transmitida, incluindo, mas não se limitando, ao disposto na Instrução CVM 476 e no artigo 48 da Instrução CVM 400; (b) utilizar as informações referentes à Emissão, exceto para fins estritamente relacionados com a preparação da Emissão; e (c) negociar valores mobiliários de sua emissão, salvo nos termos previstos no inciso II do artigo 48 da Instrução CVM 400;
- XXVIII. manter as Debêntures registradas para negociação no mercado secundário durante todo o prazo de vigência das Debêntures, arcando com os custos do referido registro;
- XXIX. guardar, por 5 (cinco) anos contados do encerramento da Emissão, toda a documentação a ela relativa, bem como disponibilizá-la aos Coordenadores em um prazo de até 5 (cinco) dias úteis, após solicitação por escrito, ou no menor prazo possível, conforme exigência legal;
- XXX. colocar à disposição dos Coordenadores os dados, informações e documentos necessários à execução das atividades contratadas, de forma a atender ao princípio do *full disclosure* aplicável às emissões públicas de títulos e valores mobiliários, informações estas necessárias para que os investidores possam tomar uma decisão fundamentada de investimento;
- XXXI. proceder à adequada publicidade dos dados econômico-financeiros da Emissora e das Fiadoras (conforme aplicável), resultantes de atos de sua gestão, promovendo a publicação das demonstrações financeiras previstas no artigo 176 da Lei das Sociedades por Ações e na regulamentação expedida pela CVM;
- XXXII. manter as operações de crédito junto ao Banco Bradesco S.A., que atualmente atingem o saldo de R\$46.000.000,00 (quarenta e seis milhões de reais), vigentes e, portanto, não vencidas, durante o Período de Análise. Na hipótese de ocorrência de qualquer amortização/liquidação de principal durante o Período de Análise, sem aprovação prévia dos Debenturistas, a Emissora obrigatoriamente deverá realizar o Resgate Antecipado Total Obrigatório ou a

JUCE SP
19 07 18

Amortização Extraordinária Obrigatória das Debêntures, a serem definidos em conformidade com o valor envolvido e o Saldo Devedor das Debêntures, observados os termos e condições previstos nas Cláusulas 5.20 e 5.22 desta Escritura de Emissão, em percentual equivalente às operações de crédito, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures;

- XXXIII. efetuar o pagamento de todas as despesas comprovadas pelo Agente Fiduciário que venham a ser necessárias para proteger os direitos e interesses dos Debenturistas ou para realizar seus créditos, inclusive honorários advocatícios e outras despesas e custos incorridos em virtude da cobrança de qualquer quantia devida aos Debenturistas nos termos desta Escritura de Emissão;
- XXXIV. notificar em até 3 (três) dias úteis os Debenturistas e o Agente Fiduciário caso quaisquer das declarações prestadas na presente Escritura de Emissão tornem-se total ou parcialmente, inverídicas, incompletas ou incorretas;
- XXXV. cumprir, conforme aplicável, a legislação ambiental e trabalhista em vigor, adotando as medidas e ações preventivas ou reparatórias, destinadas a evitar e corrigir eventuais danos ao meio ambiente e a seus trabalhadores decorrentes das atividades descritas em seu objeto social, bem como proceder a todas as diligências exigidas para suas atividades econômicas, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos Órgãos Municipais, Estaduais e Federais que, subsidiariamente, venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor, exceto pela legislação questionada de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial;
- XXXVI. utilizar os recursos provenientes de um Evento de Liquidez para a realização do Resgate Antecipado Total Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, conforme o caso, e para reforço do capital de giro da Emissora, a serem definidos em conformidade com o valor envolvido e o Saldo Devedor das Debêntures, observados os termos e condições previstos nas Cláusulas 5.20 e 5.22 desta Escritura de Emissão, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures; e
- XXXVII. utilizar os recursos provenientes de aportes realizados pelo Acionista Controlador, nos termos da Cláusula 7.2 abaixo, para a realização do Resgate Antecipado Total Obrigatório ou da Amortização Extraordinária Obrigatória, a serem definidos em conformidade com o valor envolvido e o Saldo Devedor das Debêntures, nos termos e condições previstos nas Cláusulas 5.20 e 5.22 desta Escritura de Emissão, sob pena de vencimento antecipado das Debêntures.



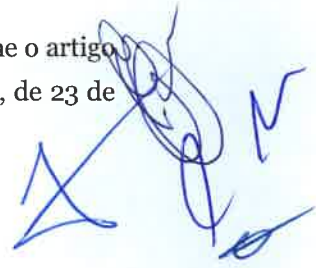
JUCESP
19.07.18

- 7.2 O Acionista Controlador comparece na presente Escritura de Emissão exclusivamente para assumir a obrigação de, durante toda a vigência das Debêntures, aportar recursos na Emissora que decorram da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações, pela Emissora. O(s) aporte(s) do Acionista Controlador deverá(ão) ser realizado(s) em valor correspondente aos recursos por ele recebidos exclusivamente sob a forma de dividendos e deverá(ão) ocorrer no prazo de até 60 (sessenta) dias contados da data de pagamento dos dividendos mínimos obrigatórios pela Emissora.

8. AGENTE FIDUCIÁRIO

- 8.1 A Emissora nomeia e constitui agente fiduciário da emissão objeto desta Escritura de Emissão o Agente Fiduciário, qualificado no preâmbulo desta Escritura de Emissão, que assina nessa qualidade e, neste ato, e na melhor forma de direito, aceita a nomeação para, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, representar a comunhão dos Debenturistas perante a Emissora, declarando que:

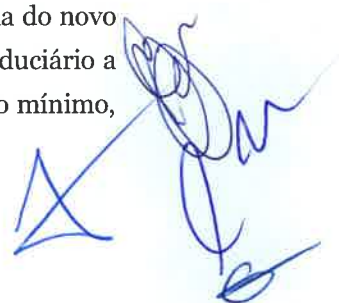
- I. aceita a função para a qual foi nomeado, assumindo integralmente os deveres e atribuições previstos na legislação específica e nesta Escritura de Emissão;
- II. conhece e aceita integralmente esta Escritura de Emissão, todos os seus termos e condições;
- III. está devidamente autorizado a celebrar esta Escritura de Emissão e a cumprir com suas obrigações aqui previstas, tendo sido satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- IV. a celebração desta Escritura de Emissão e o cumprimento de suas obrigações aqui previstas não infringem qualquer obrigação anteriormente assumida pelo Agente Fiduciário;
- V. esta Escritura de Emissão constitui obrigação válida e eficaz do Agente Fiduciário e exequível de acordo com os seus termos;
- VI. verificou a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, com base nas informações prestadas pela Emissora;
- VII. é uma instituição financeira, estando devidamente organizado, constituído e existente de acordo com as leis brasileiras;
- VIII. está ciente da regulamentação aplicável emanada do Banco Central do Brasil e da CVM;
- IX. não tem, sob as penas de lei, qualquer impedimento legal, conforme o artigo 66, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações, a Instrução CVM nº 28, de 23 de



JUCESP
19.07.16

novembro de 1983, conforme alterada, ou, em caso de alteração, a que vier a substituí-la (“Instrução CVM 28”), e demais normas aplicáveis, para exercer a função que lhe é conferida;

- X. não se encontra em nenhuma das situações de conflito de interesse previstas no artigo 10 da Instrução CVM 28;
 - XI. não tem qualquer ligação com a Emissora e/ou as Fiadoras que o impeça de exercer suas funções; e
 - XII. inexistem outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, realizadas pela Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, nos termos da Instrução CVM 28.
- 8.2 O Agente Fiduciário exercerá suas funções a partir da data de assinatura desta Escritura de Emissão ou de eventual aditamento relativo à sua substituição, devendo permanecer no exercício de suas funções até a Data de Vencimento ou, caso ainda restem obrigações da Emissora nos termos desta Escritura de Emissão inadimplidas após a Data de Vencimento, até que todas as obrigações da Emissora, nos termos desta Escritura de Emissão, sejam integralmente cumpridas, ou, ainda, até sua efetiva substituição.
- 8.3 Em caso de ausência, impedimentos temporários, renúncia, intervenção, liquidação judicial ou extrajudicial, falência, ou qualquer outro caso de vacância do Agente Fiduciário, aplicam-se as seguintes regras:
- I. é facultado aos Debenturistas, após o encerramento da Oferta, proceder à substituição do Agente Fiduciário e à indicação de seu substituto, em Assembleia Geral de Debenturistas especialmente convocada para esse fim;
 - II. caso o Agente Fiduciário não possa continuar a exercer as suas funções por circunstâncias supervenientes a esta Escritura de Emissão, deverá comunicar o fato aos Debenturistas, solicitando sua substituição, no prazo de até 1 (um) dia útil do evento;
 - III. caso o Agente Fiduciário renuncie às suas funções, deverá permanecer no exercício de suas funções até que uma instituição substituta seja indicada pela Emissora e aprovada pela Assembleia Geral de Debenturistas e assuma efetivamente as suas funções;
 - IV. será realizada, dentro do prazo máximo de 30 (trinta) dias, contados do evento que a determinar, Assembleia Geral de Debenturistas, para a escolha do novo agente fiduciário, que poderá ser convocada pelo próprio Agente Fiduciário a ser substituído, pela Emissora, por Debenturistas representando, no mínimo,



DUCE SP
19 07 18

10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM; na hipótese da convocação não ocorrer em até 15 (quinze) dias antes do término do prazo aqui previsto, caberá à Emissora efetuar a convocação, sendo certo que a CVM poderá nomear substituto provisório enquanto não se consumar o processo de escolha do novo agente fiduciário;

- V. a substituição, em caráter permanente, do Agente Fiduciário (a) está sujeita à comunicação prévia à CVM e à sua manifestação acerca do atendimento aos requisitos previstos no artigo 9º da Instrução CVM 28; e (b) deverá ser objeto de aditamento a esta Escritura de Emissão;
 - VI. os pagamentos ao Agente Fiduciário substituído serão efetuados observando-se a proporcionalidade ao período da efetiva prestação dos serviços;
 - VII. o agente fiduciário substituto fará jus à mesma remuneração percebida pelo anterior, caso: (a) a Emissora não tenha concordado com o novo valor da remuneração do agente fiduciário proposto pela Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima; ou (b) a Assembleia Geral de Debenturistas a que se refere o inciso IV acima não delibere sobre a matéria;
 - VIII. o agente fiduciário substituto deverá, imediatamente após sua nomeação, comunicá-la à Emissora e aos Debenturistas; e
 - IX. aplicam-se às hipóteses de substituição do Agente Fiduciário as normas e preceitos emanados da CVM.
- 8.4 Pelo desempenho dos deveres e atribuições que lhe competem, nos termos da lei e desta Escritura de Emissão, o Agente Fiduciário fará jus à seguinte remuneração, devida pela Emissora:
- a) parcelas anuais de R\$17.000,00 (dezesete mil reais), sendo o primeiro pagamento devido 5 (cinco) dias após a assinatura da Escritura de Emissão e as demais na mesma data dos anos subsequentes, até a liquidação integral das Debêntures. Serão devidas parcelas anuais até a liquidação integral das debêntures, caso estas não sejam quitadas na data de seu vencimento;
 - b) no caso de inadimplemento no pagamento das Debêntures ou de reestruturação das condições das Debêntures após a Emissão ou da participação em reuniões ou conferências telefônicas, antes ou depois da Emissão, bem como atendimento a solicitações extraordinárias, será devido ao Agente Fiduciário, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais fatos bem como a
 - (i) comentários aos documentos da Emissão durante a estruturação da mesma, caso a operação não venha a se efetivar; (ii) execução das Garantias, (iii) participação em reuniões formais ou virtuais com a Emissora e/ou com Debenturistas; e (iv)

JUCESP
19 07 18

implementação das consequentes decisões tomadas em tais eventos, pagas 5 (cinco) dias após comprovação da entrega, pelo Agente Fiduciário, de "relatório de horas" à Emissora. Entende-se por reestruturação das Debêntures os eventos relacionados a alteração (i) das garantias, (ii) prazos de pagamento e (iii) condições relacionadas ao vencimento antecipado. Os eventos relacionados à amortização das Debêntures não são considerados reestruturação das Debêntures;

c) no caso de celebração de aditamentos à Escritura de Emissão bem como nas horas externas ao escritório do Agente Fiduciário, serão cobradas, adicionalmente, o valor de R\$ 500,00 por hora-homem de trabalho dedicado a tais alterações/serviços;

d) as parcelas citadas nos itens supra serão reajustadas pela variação acumulada do IGP-M a partir da Data de Emissão, ou na falta deste, ou ainda na impossibilidade de sua utilização, pelo índice que vier a substituí-lo, a partir da data do primeiro pagamento, até as datas de pagamento seguintes, calculadas *pro rata die*, se necessário. Os impostos incidentes sobre a remuneração serão acrescidos as parcelas nas datas de pagamento;

e) em caso de mora no pagamento de qualquer quantia devida em decorrência desta Escritura de Emissão, os débitos em atraso ficarão sujeitos à multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o valor do débito, bem como a juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ficando o valor do débito em atraso sujeito a atualização monetária pelo IGP-M/FGV, incidente desde a data da inadimplência até a data do efetivo pagamento, calculado *pro rata die*;

f) no caso de eventuais obrigações adicionais ao Agente Fiduciário ficará facultada a revisão dos honorários aqui estabelecidos;

g) os serviços do Agente Fiduciário são aqueles descritos na Instrução CVM 28, Lei das Sociedades por Ações, bem como nos documentos da Emissão;

h) a remuneração não inclui as despesas com viagens, estadias, transporte e publicação necessárias ao exercício de sua função, durante ou após a implantação do serviço, a serem cobertas pela Emissora, após prévia aprovação. Não estão incluídas igualmente, e serão arcadas pela Emissora, despesas razoáveis com especialistas, tais como auditoria nas Garantias concedidas e assessoria legal ao Agente Fiduciário em caso de inadimplemento das Debêntures. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais, bem como indenizações, decorrentes de ações intentadas contra o Agente Fiduciário decorrente do exercício de sua função ou da sua atuação em defesa da estrutura da operação, serão igualmente suportadas pelos Debenturistas. Tais despesas incluem honorários advocatícios para defesa do Agente Fiduciário e deverão ser igualmente adiantadas pelos Debenturistas e ressarcidas pela Emissora;



JUCESP
19 07 15

i) no caso de inadimplemento da Emissora, todas as despesas em que o Agente Fiduciário venha a incorrer para resguardar os interesses dos Debenturistas deverão ser previamente aprovadas e adiantadas pelos Debenturistas, e posteriormente, ressarcidas pela Emissora. Tais despesas incluem os gastos com honorários advocatícios, inclusive de terceiros, depósitos, indenizações, custas e taxas judiciárias de ações propostas pelo Agente Fiduciário, desde que relacionadas à solução da inadimplência, enquanto representante dos Debenturistas. As eventuais despesas, depósitos e custas judiciais decorrentes da sucumbência em ações judiciais serão igualmente suportadas pelos Debenturistas, bem como a remuneração e as despesas reembolsáveis do Agente Fiduciário, na hipótese de a Emissora permanecer em inadimplência com relação ao pagamento destas por um período superior a 30 (trinta) dias; e

j) o pagamento da remuneração do Agente Fiduciário será feito mediante depósito na conta corrente a ser indicada por esta no momento oportuno, servindo o comprovante do depósito como prova de quitação do pagamento.

8.5 Além de outros previstos em lei, na regulamentação da CVM e nesta Escritura de Emissão, constituem deveres e atribuições do Agente Fiduciário:

- I. responsabilizar-se integralmente pelos serviços contratados, nos termos da legislação vigente;
- II. proteger os direitos e interesses dos Debenturistas, empregando no exercício da função, o cuidado e a diligência com que todo homem ativo e probo emprega na administração dos próprios bens;
- III. renunciar à função, na hipótese de superveniência de conflito de interesses ou de qualquer outra modalidade de inaptidão;
- IV. conservar em boa guarda toda a escrituração, correspondência e demais papéis relacionados com o exercício de suas funções;
- V. verificar, no momento de aceitar a função, a veracidade das informações contidas nesta Escritura de Emissão, diligenciando no sentido de que sejam sanadas as omissões, falhas ou defeitos de que tenha conhecimento;
- VI. promover nos competentes órgãos, caso a Emissora não o faça, a inscrição desta Escritura de Emissão e as averbações de seus eventuais aditamentos, às expensas da Emissora, sanando as lacunas e irregularidades porventura neles existentes; neste caso, o oficial do registro notificará a administração da Emissora para que esta lhe forneça as indicações e documentos necessários;
- VII. acompanhar a observância da periodicidade na prestação das informações obrigatórias, alertando os Debenturistas acerca de eventuais omissões ou



JUCESP
19 07 16

inverdades constantes de tais informações;

- VIII. emitir parecer sobre a suficiência das informações constantes das propostas de modificações nas condições das Debêntures;
- IX. verificar a regularidade da constituição das Garantias e dos valores dos bens objeto das Garantias, observando a manutenção de sua suficiência e exequibilidade, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- X. examinar proposta de substituição dos bens objeto da Cessão Fiduciária, manifestando, se for o caso, sua expressa e justificada concordância, após aprovação pelos Debenturistas, reunidos em Assembleia Geral de Debenturistas;
- XI. intimar a Emissora e as Fiadoras a reforçarem a Cessão Fiduciária, na hipótese de sua deterioração ou depreciação, nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária;
- XII. solicitar, quando considerar necessário, para o fiel desempenho de suas funções, certidões atualizadas da Emissora, necessárias e pertinentes dos distribuidores cíveis, das varas de Fazenda Pública, cartórios de protesto, varas da Justiça do Trabalho, Procuradoria da Fazenda Pública;
- XIII. solicitar, quando considerar necessário, auditoria extraordinária na Emissora;
- XIV. convocar, conforme previsto na Cláusula 9ª abaixo, quando necessário, Assembleia Geral de Debenturistas, por meio de anúncio publicado, pelo menos por três vezes, nos órgãos de imprensa onde a Emissora deve efetuar suas publicações;
- XV. comparecer à Assembleia Geral de Debenturistas a fim de prestar as informações que lhe forem solicitadas;
- XVI. elaborar relatório anual destinado aos Debenturistas, nos termos do artigo 68, § 1º, alínea (b), da Lei das Sociedades por Ações, que deverá conter, ao menos, as seguintes informações:
- (a) eventual omissão ou inverdade, de que tenha conhecimento, contida nas informações divulgadas pela Emissora ou, ainda, o inadimplemento ou atraso na obrigatória prestação de informações pela Emissora;
 - (b) alterações estatutárias da Emissora ocorridas no período;
 - (c) comentários sobre as demonstrações financeiras da Emissora, enfocando os indicadores econômicos, financeiros e de estrutura de capital da Emissora;



JUCESP

19 07 18

- (d) posição da Oferta ou colocação das Debêntures no mercado;
 - (e) resgate, amortização, conversão, repactuação e pagamento de juros das Debêntures realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures efetuadas pela Emissora;
 - (f) pagamentos realizados no período, bem como aquisições e vendas de Debêntures;
 - (g) acompanhamento da destinação dos recursos captados por meio das Debêntures, de acordo com os dados obtidos junto aos administradores da Emissora;
 - (h) relação dos bens e valores entregues à sua administração;
 - (i) cumprimento de outras obrigações assumidas pela Emissora nesta Escritura de Emissão;
 - (j) declaração sobre sua aptidão para continuar exercendo a função de agente fiduciário; e
 - (k) existência de outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, feitas pela própria Emissora, por sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora em que tenha atuado como agente fiduciário no período, bem como os seguintes dados sobre tais emissões:
 - (k.1) denominação da Emissora ofertante;
 - (k.2) valor da emissão;
 - (k.3) quantidade de debêntures emitidas;
 - (k.4) espécie;
 - (k.5) prazo de vencimento das debêntures;
 - (k.6) tipo e valor dos bens dados em garantia e denominação dos garantidores;
 - (k.7) eventos de resgate, amortização, conversão, repactuação e inadimplemento no período; e
 - (k.8) declaração acerca da suficiência e exequibilidade das garantias das Debêntures.
- XVII. disponibilizar o relatório a que se refere o inciso XVI acima até 30 de abril de cada ano ao menos na sede da Emissora, no escritório do Agente Fiduciário ou, quando instituição financeira, no local por ela indicado, na CVM, na CETIP e na sede do Coordenador Líder;
- XVIII. publicar, às expensas da Emissora, nos termos da Cláusula 5.34 acima, anúncio comunicando aos Debenturistas que o relatório a que se refere o inciso XVI



JUCESP
19 07 16

acima encontra-se à disposição nos locais indicados no inciso XVII acima;

- XIX. manter atualizada a relação dos Debenturistas e seus endereços, mediante, inclusive, gestões junto à Emissora, ao Escriturador, ao Banco Liquidante e à CETIP, sendo que, para fins de atendimento ao disposto neste inciso, a Emissora expressamente autoriza, desde já, o Escriturador, o Banco Liquidante e/ou a CETIP a atenderem quaisquer solicitações feitas pelo Agente Fiduciário, inclusive referente à divulgação, a qualquer momento, da posição de Debêntures, e seus respectivos Debenturistas;
 - XX. acompanhar o resgate das Debêntures nos casos previstos nesta Escritura de Emissão;
 - XXI. fiscalizar o cumprimento das Cláusulas constantes desta Escritura de Emissão, inclusive daquelas impositivas de obrigações de fazer e de não fazer;
 - XXII. notificar os Debenturistas, se possível individualmente, no prazo máximo de 90 (noventa) dias, de qualquer inadimplemento, pela Emissora, de qualquer obrigação prevista nesta Escritura de Emissão, indicando o local em que fornecerá aos interessados maiores esclarecimentos. Comunicação de igual teor deve ser enviada à CVM e à CETIP;
 - XXIII. calcular, em conjunto com a Emissora, o Valor Nominal Unitário das Debêntures, e disponibilizá-lo diariamente aos Debenturistas, à Emissora e aos participantes do mercado, por meio de sua central de atendimento e/ou de seu *website*;
 - XXIV. informar, quando necessário, durante a vigência das Debêntures, para os fins de atendimento da Instrução CVM 28, se atua como agente fiduciário, em quaisquer outras emissões de debêntures, públicas ou privadas, da Emissora ou sociedade coligada, controlada, controladora ou integrante do mesmo grupo da Emissora, bem como informar os dados sobre tais emissões nos termos da Instrução CVM 28, sendo que tais informações relativas às emissões em que tenha atuado deverão ser divulgadas pelo Agente Fiduciário em sua página na rede mundial de computadores tão logo delas tenha conhecimento; e
 - XXV. verificar mensalmente junto à Emissora, durante o Período de Análise, a posição das operações de crédito existentes entre a Emissora e o Banco Bradesco S.A., para os fins do disposto na Cláusula 7.1, inciso XXXII, acima.
- 8.6 No caso de inadimplemento, pela Emissora, de qualquer de suas obrigações previstas nesta Escritura de Emissão, não sanado nos prazos previstos na Cláusula 6ª acima, conforme aplicáveis, deverá o Agente Fiduciário usar de toda e qualquer ação para proteger direitos ou defender interesses dos Debenturistas, devendo para tanto:



Handwritten signature and initials in blue ink.

JUCE SP
19 07 16

- I. declarar, observadas as condições desta Escritura de Emissão, antecipadamente vencidas as Debêntures e cobrar seu principal e acessórios;
 - II. requerer a falência da Emissora, nos termos previstos na legislação e regulamentação aplicáveis, se for o caso;
 - III. executar as garantias reais, aplicando o produto no pagamento, integral ou proporcional, aos Debenturistas;
 - IV. tomar quaisquer outras providências necessárias para que os Debenturistas realizem seus créditos; e
 - V. representar os Debenturistas em processo de falência ou recuperação judicial, recuperação extrajudicial ou, se aplicável, intervenção ou liquidação extrajudicial da Emissora.
- 8.7 Observado o disposto na Cláusula 6ª acima, o Agente Fiduciário somente se eximirá da responsabilidade pela não adoção das medidas contempladas na Cláusula 8.6 acima, incisos I, II, IV e IV se, convocadas as Assembleias Gerais de Debenturistas, estas assim o autorizarem por deliberação da unanimidade das Debêntures em circulação. Na hipótese da Cláusula 8.6 acima, inciso V, será suficiente a deliberação da maioria das Debêntures em circulação.
9. ASSEMBLEIA GERAL DE DEBENTURISTAS
- 9.1 Os Debenturistas poderão, a qualquer tempo, reunir-se em assembleia geral, de acordo com o disposto no artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, a fim de deliberarem sobre matéria de interesse da comunhão dos Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas").
- 9.2 As Assembleias Gerais de Debenturistas poderão ser convocadas pelo Agente Fiduciário, pela Emissora, por Debenturistas que representem, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, ou pela CVM.
- 9.3 A convocação das Assembleias Gerais de Debenturistas se dará mediante anúncio publicado pelo menos 3 (três) vezes nos termos da Cláusula 5.34 acima, respeitadas outras regras relacionadas à publicação de anúncio de convocação de assembleias gerais constantes da Lei das Sociedades por Ações, da regulamentação aplicável e desta Escritura de Emissão.
- 9.4 As Assembleias Gerais de Debenturistas instalar-se-ão, em primeira convocação, com a presença de titulares de, no mínimo, 10% (dez por cento) das Debêntures em circulação, conforme o caso, e, em segunda convocação, com qualquer *quorum*.
- 9.5 A presidência das Assembleias Gerais de Debenturistas caberá ao Debenturista eleito.



Handwritten signature and initials in blue ink.

JUCESP
19 07 16

por estes próprios ou àquele que for designado pela CVM.

- 9.6 Nas deliberações das Assembleias Gerais de Debenturistas, a cada Debênture em circulação caberá um voto, admitida a constituição de mandatário, Debenturista ou não. Exceto pelo disposto na Cláusula 9.6.1. abaixo, todas as deliberações a serem tomadas em Assembleia Geral de Debenturistas, inclusive aquelas referente a casos de renúncia ou perdão temporário de qualquer obrigação (*waiver*), dependerão de aprovação de Debenturistas representando, no mínimo, a 84% (oitenta e quatro por cento) das Debêntures em circulação.
- 9.6.1. Não estão incluídos no *quorum* a que se refere a Cláusula 9.6 acima:
- I. os *quoruns* expressamente previstos em outras Cláusulas desta Escritura de Emissão; e
 - II. as alterações, que deverão ser aprovadas por Debenturistas, representando, no mínimo, 84% (oitenta e quatro por cento) das Debêntures em circulação, (a) das disposições desta Cláusula 9.6.1; (b) dos *quoruns* previstos nesta Escritura de Emissão que observarão o disposto na regulamentação aplicável; (c) da Remuneração das Debêntures; (d) de quaisquer datas de vencimento e/ou de pagamento de quaisquer valores previstos nesta Escritura de Emissão e/ou no Contrato de Cessão Fiduciária; (e) do prazo de vigência das Debêntures; (f) das condições financeiras de repactuação, resgate antecipado, amortização extraordinária e Oferta de Resgate Antecipado Total, conforme previstas nesta Escritura de Emissão; (g) de qualquer Evento de Inadimplemento; e (h) alteração das disposições das Garantias.
- 9.7 Para os fins de cálculo dos *quoruns* de instalação e de deliberação nos termos desta Escritura de Emissão, "Debêntures em circulação" significam todas as Debêntures subscritas e não resgatadas, excluídas as Debêntures pertencentes, direta ou indiretamente, pela Emissora, pelas Fiadoras ou por qualquer controladora ou controlada, direta ou indireta, da Emissora e/ou das Fiadoras ou qualquer de seus diretores ou conselheiros.
- 9.8 Será facultada a presença dos representantes legais da Emissora nas Assembleias Gerais de Debenturistas, exceto quando solicitada a comparecer.
- 9.9 O Agente Fiduciário deverá comparecer às Assembleias Gerais de Debenturistas e prestar aos Debenturistas as informações que lhe forem solicitadas.
- 9.10 Aplica-se às Assembleias Gerais de Debenturistas o artigo 71 da Lei das Sociedades por Ações, bem como, no que couber, o disposto na Lei das Sociedades por Ações, sobre a assembleia geral de acionistas.



10. DECLARAÇÕES DA EMISSORA, DAS FIADORAS E DO ACIONISTA CONTROLADOR

10.1 A Emissora e cada uma das Fiadoras, de forma solidária, neste ato, declaram que:

- I. são sociedades devidamente organizadas, constituídas e existentes sob a forma de sociedade por ações ou sociedade empresária limitada, conforme aplicável, de acordo com as leis brasileiras, sendo que a Emissora possui registro de companhia aberta perante a CVM;
- II. o registro de companhia aberta da Emissora está atualizado perante a CVM conforme requerido pela Instrução CVM 480, e suas informações ali contidas e tornadas públicas estão atualizadas conforme requerido pela Instrução CVM 480;
- III. o Conselho de Administração da Emissora aprovou um aumento de capital da Emissora no montante de R\$400.000.000,68 (quatrocentos milhões de reais e sessenta e oito centavos) em reunião realizada em 29 de janeiro de 2016, sendo que o capital social da Emissora nesta data é de R\$2.241.641.847,67 (dois bilhões, duzentos e quarenta e um milhões, seiscentos e quarenta e um mil, oitocentos e quarenta e sete reais e sessenta e sete centavos), dividido em 113.081.127 (cento e treze milhões, oitenta e uma mil, cento e vinte e sete) ações ordinárias;
- IV. estão devidamente autorizadas e obtiveram todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, incluindo aquelas necessárias para a celebração desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Distribuição e dos demais documentos da Oferta e da Emissão e para o cumprimento de todas as obrigações previstas nestes documentos, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- V. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária e o Contrato de Distribuição têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, as obrigações ora estabelecidas e, sendo mandatários, tiveram os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor;
- VI. esta Escritura de Emissão, o Contrato de Cessão Fiduciária, o Contrato de Distribuição e os demais documentos da Oferta e da Emissão, bem como as obrigações previstas nestes documentos constituem obrigações lícitas, válidas e vinculantes da Emissora e das Fiadoras, exequíveis de acordo com os seus termos e condições, nos termos da legislação em vigor;
- VII. exceto pelo disposto na Cláusula 2.1 acima, nenhuma aprovação, autorização, consentimento, ordem, registro ou habilitação de ou perante qualquer

JUCE SP
19 07 16

instância judicial, órgão ou agência governamental ou órgão regulatório se faz necessário à celebração e ao cumprimento desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, do Contrato de Cessão e dos demais documentos das Obrigações Garantidas;

- VIII. têm plena ciência e concordam integralmente com a forma de divulgação e apuração da Taxa DI, e a forma de cálculo da Remuneração das Debêntures foi acordada por livre vontade da Emissora e das Fiadoras, em observância ao princípio da boa-fé;
- IX. estão adimplentes com o cumprimento das obrigações constantes desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Distribuição e dos demais documentos da Oferta e da Emissão, e não ocorreu e não existe, na presente data, qualquer Evento de Inadimplemento ou qualquer indício da iminência de qualquer Evento de Inadimplemento;
- X. esta Escritura de Emissão constitui título executivo extrajudicial nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão, do Contrato de Distribuição, do Contrato de Cessão Fiduciária e dos demais documentos da Oferta comportam execução específica, submetendo-se às disposições do artigo 815 e seguintes do Código de Processo Civil;
- XI. as demonstrações financeiras consolidadas da Emissora e de cada uma das Fiadoras relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2013, 2014 e 2015 representam corretamente a posição patrimonial e financeira consolidada da Emissora e das Fiadoras naquelas datas e para aqueles períodos e foram devidamente elaboradas em conformidade com os princípios contábeis determinados pela regulamentação aplicável;
- XII. os documentos, informações e materiais informativos fornecidos ao Agente Fiduciário e/ou aos Debenturistas são verdadeiros, consistentes, precisos, completos, corretos e suficientes, estão atualizados até a data em que foram fornecidos e incluem os documentos e informações relevantes para a tomada de decisão de investimento sobre as Debêntures;
- XIII. as informações prestadas por ocasião da Oferta e da Emissão são verdadeiras, consistentes, precisas, completas, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;
- XIV. não omitiram, ou omitirão, nenhum fato relevante, de qualquer natureza, que seja de seu conhecimento e que possa resultar em alteração substancial na situação econômico-financeira ou jurídica da Emissora em prejuízo dos Debenturistas, observado o disposto na Instrução CVM 358;



DUCE SP
19 07 18

- XV. a celebração, os termos e condições desta Escritura de Emissão, do Contrato de Cessão Fiduciária, do Contrato de Distribuição e dos demais documentos da Oferta e da Emissão, bem como o cumprimento das obrigações previstas nestes documentos: (a) não infringem seu estatuto social ou contrato social, conforme aplicável; (b) não infringem qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual a Emissora e/ou qualquer das Fiadoras seja parte e que possa afetar de forma material as obrigações assumidas nesta Escritura de Emissão, no Contrato de Cessão Fiduciária, no Contrato de Distribuição e/ou nos demais documentos da Oferta e da Emissão; (c) não infringem qualquer ordem, decisão ou sentença administrativa, judicial ou arbitral em face da Emissora que afete de maneira adversa e material a capacidade de sua geração de caixa; e (d) não resultarão em: (i) vencimento antecipado de qualquer obrigação estabelecida em qualquer desses contratos ou instrumentos que afete de maneira adversa e material a capacidade de geração de caixa da Emissora e/ou das Fiadoras; (ii) criação de qualquer ônus ou gravame sobre qualquer ativo ou bem da Emissora e/ou das Fiadoras; ou (iii) rescisão de qualquer desses contratos ou instrumentos;
- XVI. exceto pelas leis, regulamentos, normas administrativas e determinações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, estão cumprindo as leis, regulamentos, normas administrativas e determinações dos órgãos governamentais, autarquias ou tribunais, aplicáveis à condução de seus negócios;
- XVII. estão, assim como as suas controladas, obrigadas, ainda, a proceder a todas as diligências exigidas para realização de suas atividades, preservando o meio ambiente e atendendo às determinações dos órgãos Municipais, Estaduais e Federais que subsidiariamente venham a legislar ou regulamentar as normas ambientais em vigor;
- XVIII. observam, assim como suas controladas e coligadas, e seus respectivos gerentes, conselheiros, diretores e funcionários, em todos os seus aspectos relevantes, as Leis Anticorrupção;
- XIX. assim como qualquer dos diretores ou membros de Conselho de Administração da Emissora, terceiros que sejam assessores ou prestadores de serviço agindo em seu benefício e/ou benefício das Afiliadas: (a) não usaram os seus recursos e/ou das Afiliadas para contribuições, doações ou despesas de representação ilegais ou outras despesas ilegais relativas a atividades políticas; (b) não fizeram qualquer pagamento ilegal, direto ou indireto, a empregados ou

JUCESP
19 07 16

funcionários públicos, partidos políticos, políticos ou candidatos políticos (incluindo seus familiares), nacionais ou estrangeiros, praticaram quaisquer atos para obter ou manter qualquer negócio, transação ou vantagem comercial indevida; (c) não violaram qualquer dispositivo de qualquer lei ou regulamento, nacional ou estrangeiro, contra prática de corrupção ou atos lesivos à administração pública, incluindo, mas não se limitando a, Lei Anticorrupção; ou (d) não fizeram qualquer pagamento de propina, abatimento ilícito, remuneração ilícita, suborno, tráfico de influência ou outro pagamento ilegal;

- XX. exceto pelas obrigações que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, estão em dia com pagamento de todas as obrigações de natureza tributária (municipal, estadual e federal), trabalhista, previdenciária, ambiental e de quaisquer outras obrigações impostas por lei, que seja de seu conhecimento;
- XXI. exceto pelas contingências informadas nas demonstrações financeiras da Emissora e/ou das Fiadoras ou no Formulário de Referência da Emissora, inexistem: (a) descumprimento de qualquer disposição relevante contratual, legal ou de qualquer outra ordem judicial, administrativa ou arbitral; ou (b) qualquer ação judicial, procedimento judicial ou extrajudicial, inquérito ou qualquer outro tipo de investigação governamental, em qualquer dos casos deste inciso: (i) que possa ter um efeito adverso relevante na capacidade da Emissora e/ou das Fiadoras de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária; ou (ii) visando anular, alterar, invalidar, questionar ou de qualquer forma afetar esta Escritura de Emissão;
- XXII. inexistem sentenças condenatórias que sejam exequíveis desde logo, ainda que não transitadas em julgado, em razão da prática de atos, pela Emissora, qualquer das Fiadoras e/ou qualquer uma de suas Controladas ou por seus respectivos administradores, no exercício de suas funções, que importem em discriminação de raça ou gênero, trabalho infantil, e trabalho escravo, ou de normas relativas ao meio ambiente ou crimes contra o meio ambiente;
- XXIII. o Formulário de Referência da Emissora disponível na página da CVM na rede mundial de computadores – Internet (i) foi elaborado nos termos da Instrução CVM 480; (ii) contém informações verdadeiras, consistentes, atualizadas, corretas e suficientes; e (iii) contém as informações relevantes em relação à Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, nas respectivas datas de cada

NUCE SP
19 07 15

evento, no contexto da presente Emissão, necessárias para que os investidores e seus consultores tenham condições de fazer uma análise correta dos ativos, passivos, das responsabilidades da Emissora e/ou qualquer controlada da Emissora, de sua condição financeira, lucros, perdas, não contendo declarações falsas ou omissões de fatos relevantes, nas circunstâncias em que essas declarações foram dadas, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta;

- XXIV. exceto por aquelas que estão sendo questionadas de boa-fé nas esferas administrativa e/ou judicial, possui válidas, eficazes, em perfeita ordem e em pleno vigor as licenças, concessões, autorizações, permissões e alvarás, inclusive ambientais, aplicáveis ao exercício de suas atividades;
- XXV. não há qualquer ligação entre a Emissora, as Fiadoras e o Agente Fiduciário que impeça o Agente Fiduciário de exercer plenamente suas funções; e
- XXVI. cumpre e faz cumprir, bem como suas Afiliadas, funcionários ou eventuais subcontratados, as Leis Anticorrupção, na medida em que (i) mantêm políticas e procedimentos internos que asseguram integral cumprimento de tais normas; (ii) dão pleno conhecimento de tais normas a todos os profissionais que venham a se relacionar com eles, previamente ao início de sua atuação no âmbito deste documento; (iii) abstêm-se de praticar atos de corrupção e de agir de forma lesiva à administração pública, nacional e estrangeira, no seu respectivo interesse ou para seu benefício, exclusivo ou não; (iv) caso tenham conhecimento de qualquer ato ou fato que viole aludidas normas, comunicarão imediatamente o Agente Fiduciário e os Coordenadores, que poderão tomar todas as providências que entender necessárias; e (v) realizarão eventuais pagamentos devidos no âmbito da Emissão exclusivamente por meio de transferência bancária ou cheque.

10.2 O Acionista Controlador, neste ato, declara que:

- I. é sociedade devidamente organizada, constituída e existente de acordo com as leis do Estado de Delaware, dos Estados Unidos da América;
- II. está devidamente autorizada e obteve todas as autorizações, inclusive, conforme aplicável, legais, societárias, regulatórias e de terceiros, incluindo aquelas necessárias para a celebração desta Escritura de Emissão e para o cumprimento da obrigação aqui prevista, tendo sido plenamente satisfeitos todos os requisitos legais e estatutários necessários para tanto;
- III. os representantes legais que assinam esta Escritura de Emissão têm poderes estatutários e/ou delegados para assumir, em seu nome, a obrigação ora

JUCESP
19 07 18

estabelecida e, sendo mandatários, ~~tiveram~~ os poderes legitimamente outorgados, estando os respectivos mandatos em pleno vigor; e

- IV. a obrigação prevista na Cláusula 7.2 desta Escritura de Emissão é lícita, válida e vinculante do Acionista Controlador, exequível de acordo com os seus termos e condições, nos termos da legislação em vigor, e (a) não infringe seu estatuto social ou contrato social, conforme aplicável; (b) não infringe qualquer disposição legal, contrato ou instrumento do qual seja parte.

- 10.3 A Emissora, as Fiadoras e/ou o Acionista Controlador, assim que cientes, comprometem-se imediatamente a notificar o Agente Fiduciário caso seja verificado que quaisquer das declarações aqui prestadas eram, na data em que foram prestadas, inverídicas, inconsistentes, imprecisas, incompletas, incorretas ou insuficientes e que possam ter um efeito adverso relevante na capacidade da Emissora, das Fiadoras e/ou do Acionista Controlador de honrar suas obrigações nos termos desta Escritura de Emissão e do Contrato de Cessão Fiduciária, conforme aplicável.

11. COMUNICAÇÕES

- 11.1 As comunicações a serem enviadas por qualquer das Partes nos termos desta Escritura de Emissão serão consideradas entregues quando recebidas sob protocolo ou com “aviso de recebimento” expedido pela Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos ou por telegrama nos endereços abaixo. As comunicações feitas por fac-símile ou correio eletrônico serão consideradas recebidas na data de seu envio, desde que seu recebimento seja confirmado por meio de indicativo (recibo emitido pela máquina utilizada pelo remetente). Os respectivos originais deverão ser encaminhados para os endereços abaixo em até 2 (dois) dias úteis após o envio da mensagem. A mudança de qualquer dos endereços abaixo deverá ser comunicada às demais Partes pela Parte que tiver seu endereço alterado.

- I. para a Emissora:

Brasil Pharma S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares,
Itaim Bibi

04543-900, São Paulo, SP

Att.: Otavio Lyra e Elizabeth Mendes

Tel.: (11) 2117-5299

E-mail: otavio.lyra@brph.com.br / elizabeth.mendes@brph.com.br



JUCESP
19 07 16

II. para o Agente Fiduciário:

Oliveira Trust Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Avenida das Américas, nº 500, bloco 13, grupo 205, Barra da Tijuca

22640-100, Rio de Janeiro, RJ

Att.: Antonio Amaro e Maria Carolina Vieira Abrantes

Tel.: (21) 3514-0000

E-mail: antonio.amaro@oliveiratrust.com.br /

ger2.agente@oliveiratrust.com.br

III. para as Fiadoras:

Drogaria Rosário S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares,

Itaim Bibi

04543-900, São Paulo, SP

Att.: Otavio Lyra e Elizabeth Mendes

Tel.: (11) 2117-5299

E-mail: otavio.lyra@brph.com.br / elizabeth.mendes@brph.com.br

Distribuidora Big Benn S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares,

Itaim Bibi

04543-900, São Paulo, SP

Att.: Otavio Lyra e Elizabeth Mendes

Tel.: (11) 2117-5299

E-mail: otavio.lyra@brph.com.br / elizabeth.mendes@brph.com.br

Sant'Ana S.A. Drogaria Farmácias

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares,

Itaim Bibi

04543-900, São Paulo, SP

Att.: Otavio Lyra e Elizabeth Mendes

Tel.: (11) 2117-5299

E-mail: otavio.lyra@brph.com.br / elizabeth.mendes@brph.com.br

Centro Oeste Farma Distribuidora de Medicamentos Ltda.



JUCE SP
19 07 16

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares,
Itaim Bibi

04543-900, São Paulo, SP

Att.: Otavio Lyra e Elizabeth Mendes

Tel.: (11) 2117-5299

E-mail: otavio.lyra@brph.com.br / elizabeth.mendes@brph.com.br

Rede Nordeste de Farmácias S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares,
Itaim Bibi

04543-900, São Paulo, SP

Att.: Otavio Lyra e Elizabeth Mendes

Tel.: (11) 2117-5299

E-mail: otavio.lyra@brph.com.br / elizabeth.mendes@brph.com.br

Drogaria Amarílis S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares,
Itaim Bibi

04543-900, São Paulo, SP

Att.: Otavio Lyra e Elizabeth Mendes

Tel.: (11) 2117-5299

E-mail: otavio.lyra@brph.com.br / elizabeth.mendes@brph.com.br

Drogarias Farmais S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares,
Itaim Bibi

04543-900, São Paulo, SP

Att.: Otavio Lyra e Elizabeth Mendes

Tel.: (11) 2117-5299

E-mail: otavio.lyra@brph.com.br / elizabeth.mendes@brph.com.br

Farmais Produtos S.A.

Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, nº 1.830, Torre 4, 2º e 3º andares,
Itaim Bibi

04543-900, São Paulo, SP

Att.: Otavio Lyra e Elizabeth Mendes



JUCE SP
19 07 16

Tel.: (11) 2117-5299

E-mail: otavio.lyra@brph.com.br / elizabeth.mendes@brph.com.br

IV. para o Banco Liquidante:

Itaú Unibanco S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

04309-010, São Paulo, SP

At.: Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 5029-1910

Fax: (11) 5029-1920

E-mail: claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

V. para o Escriturador:

Itaú Corretora de Valores S.A.

Av. Engenheiro Armando de Arruda Pereira, nº 707, 7º Andar, Torre Eudoro Vilela

04309-010, São Paulo, SP

At.: João Paulo Silva Euvaldo, Ana Paula Gralhóz Stringueta e Claudia Vasconcellos

Tel: (11) 5029-1963/ 5029-1910

Fax: (11) 5029-1535/ 5029-1528/ 5029-1920

E-mails: joão.euvaldo@itau-unibanco.com.br/ ana.stringueta@itau-unibanco.com.br / claudia.vasconcellos@itau-unibanco.com.br

VI. para a CETIP:

CETIP S.A. – Mercados Organizados

Avenida Brigadeiro Faria Lima, 1.663, 4º andar – Jardim Paulistano

01452-001, São Paulo, SP

Tel.: (11) 3111-1596

Fax.: (11) 3111-1564

E-mail: valores.mobiliarios@cetip.com.br

12. DESPESAS

12.1 Correrão por conta da Emissora todos os custos incorridos com a Oferta ou com a



JUCESP
19 07 16

estruturação, emissão, registro e execução das Debêntures, incluindo publicações, inscrições, registros, contratação do Agente Fiduciário, do Escriturador, do Banco Liquidante, da CETIP e demais prestadores de serviços e quaisquer outros custos relacionados às Debêntures (“Despesas”).

- 12.2 A Emissora obriga-se a reembolsar os Debenturistas ou o Agente Fiduciário por quaisquer Despesas que os Debenturistas ou o Agente Fiduciário venham a incorrer, desde que razoáveis e devidamente comprovadas.

13. RENÚNCIA

- 13.1 Não se presume a renúncia a qualquer dos direitos decorrentes desta Escritura de Emissão. Nenhum atraso, omissão ou liberalidade no exercício de qualquer direito ou faculdade que caiba a qualquer Parte em razão de qualquer inadimplemento da outra Parte prejudicará o exercício de tal direito ou faculdade, ou será interpretado como renúncia ao mesmo ou concordância com tal inadimplemento, nem constituirá novação ou modificação de quaisquer outras obrigações assumidas por tal Parte nesta Escritura de Emissão ou precedente no tocante a qualquer outro inadimplemento ou atraso.

14. TÍTULO EXECUTIVO EXTRAJUDICIAL E EXECUÇÃO ESPECÍFICA

- 14.1 Esta Escritura de Emissão e as Debêntures constituem títulos executivos extrajudiciais nos termos do artigo 784, incisos I e III, do Código de Processo Civil, reconhecendo as partes desde já que, independentemente de quaisquer outras medidas cabíveis, as obrigações assumidas nos termos desta Escritura de Emissão comportam execução específica, submetendo-se às disposições do artigo 815 e seguintes do Código de Processo Civil, sem prejuízo do direito de declarar o vencimento antecipado das Debêntures nos termos desta Escritura de Emissão.

15. DISPOSIÇÕES GERAIS

- 15.1 A presente emissão de Debêntures foi viabilizada pelo derradeiro aporte de capital patrocinado pelo Acionista Controlador na Emissora, no valor de R\$400.000.000,68 (quatrocentos milhões de reais e sessenta e oito centavos), concluído na data de 04 de fevereiro de 2016. Sendo assim, as obrigações do Acionista Controlador nesta Escritura de Emissão e perante os Debenturistas



JUCESP
19 07 16

restringem-se exclusivamente ao aporte de capital em valor correspondente aos recursos recebidos da Emissora sob a forma de dividendos.

- 15.2 Esta Escritura de Emissão é celebrada em caráter irrevogável e irretratável, obrigando as Partes e seus sucessores a qualquer título.
- 15.3 A invalidação ou nulidade, no todo ou em parte, de quaisquer das Cláusulas desta Escritura de Emissão não afetará as demais, que permanecerão sempre válidas e eficazes até o cumprimento, pelas partes, de todas as suas obrigações aqui previstas. Ocorrendo a declaração de invalidação ou nulidade de qualquer Cláusula desta Escritura de Emissão, as partes desde já se comprometem a negociar, no menor prazo possível, em substituição à cláusula declarada inválida ou nula, a inclusão, nesta Escritura de Emissão, de termos e condições válidos que reflitam os termos e condições da cláusula invalidada ou nula, observados a intenção e o objetivo das partes quando da negociação da cláusula invalidada ou nula e o contexto em que se insere.
- 15.4 Sem prejuízo do dever de diligência do Agente Fiduciário, o Agente Fiduciário assumirá que os documentos originais ou cópias autenticadas de documentos encaminhados pela Emissora não foram objeto de fraude ou adulteração. Não será ainda, sob qualquer hipótese, responsável pela elaboração de documentos societários da Emissora, que permanecerão sob obrigação legal e regulamentar da Emissora elaborá-los, nos termos da legislação aplicável.
- 15.5 Os atos ou manifestações por parte do Agente Fiduciário, que criarem responsabilidade para os Debenturistas e/ou exonerarem terceiros de obrigações para com eles, somente serão válidos quando previamente assim deliberado pelos Debenturistas reunidos em Assembleia Geral.
- 15.6 O Agente Fiduciário não emitirá qualquer tipo de opinião ou fará qualquer juízo sobre a orientação acerca de qualquer fato da Emissão que seja de competência de definição pelos Debenturistas, comprometendo-se tão-somente a agir em conformidade com as instruções que lhe forem transmitidas pelos Debenturistas. Neste sentido, o Agente Fiduciário não possui qualquer responsabilidade sobre o resultado ou sobre os efeitos jurídicos decorrentes do estrito cumprimento das orientações dos Debenturistas a ele transmitidas conforme definidas pelos Debenturistas e reproduzidas perante a Emissora, independentemente de eventuais prejuízos que venham a ser causados em decorrência disto aos Debenturistas ou à Emissora. A atuação do Agente Fiduciário limita-se ao escopo da Instrução CVM 28, conforme alterada, desta Escritura de Emissão e dos artigos aplicáveis da Lei das Sociedades por Ações, estando este isento, sob qualquer forma ou pretexto, de



JUCESP
19 07 16

qualquer responsabilidade adicional que não tenha decorrido da legislação aplicável.

- 15.7 O Agente Fiduciário responderá pelos prejuízos que causar por descumprimento de disposição legal ou regulamentar, por negligência ou administração temerária, desde que arbitrados em juízo por sentença transitada em julgado, da qual não caibam recursos em qualquer instância.

16. FORO

- 16.1 Fica eleito o foro central da Comarca de São Paulo, Estado de São Paulo, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as questões porventura resultantes desta Escritura de Emissão.

Estando assim certas e ajustadas, as partes, obrigando-se por si e sucessores, firmam esta Escritura de Emissão em 13 (treze) vias de igual teor e forma, juntamente com 2 (duas) testemunhas, que também a assinam.

São Paulo, 12 de julho de 2016.

(Restante da página intencionalmente deixado em branco. As assinaturas seguem nas páginas seguintes)




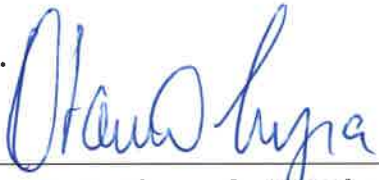
DUCE SP

19 07 16

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 1/12.

BRASIL PHARMA S.A.


Nome: ~~Leonardo Leirinha Souza~~
Campos
Cargo: Diretor Financeiro


Nome: Otavio Chacon do Amaral Lyra
Cargo: Diretor de Relações com
Investidores



DUCE SP

19 07 15

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 2/12.

OLIVEIRA TRUST DISTRIBUIDORA DE TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS S.A.

Nome:

Cargo: Sonia Regina Menezes

Nome:

Cargo:

Leonardo Caires P. Moreira
Procurador



DUCE SP
19 07 15

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 3/12.

DROGARIA ROSÁRIO S.A.


Nome: Leonardo Leirinha Souza

Campos

Cargo: Diretor


Nome: Otavio Chacon do Amaral Lyra

Cargo: Diretor





DUE SP

10 07 15

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 4/12.

DISTRIBUIDORA BIG BENN S.A.


Nome: Leonardo Leirinha Souza

Campos

Cargo: Diretor Financeiro


Nome: Otavio Chacon do Amaral Lyra

Cargo: Procurador

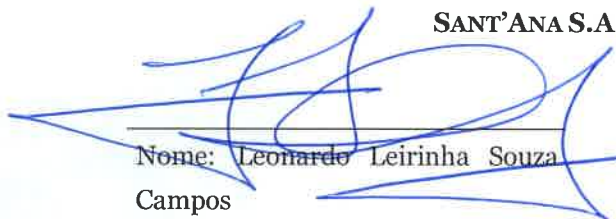


DUCE SP

19 07 18

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 5/12.

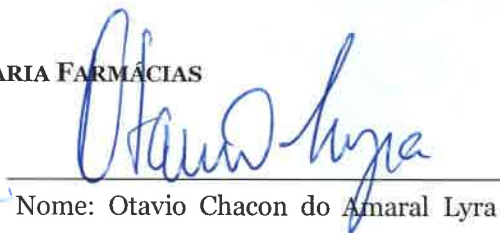
SANT'ANA S.A. DROGARIA FARMÁCIAS



Nome: Leonardo Leirinha Souza

Campos

Cargo: Procurador



Nome: Otavio Chacon do Amaral Lyra

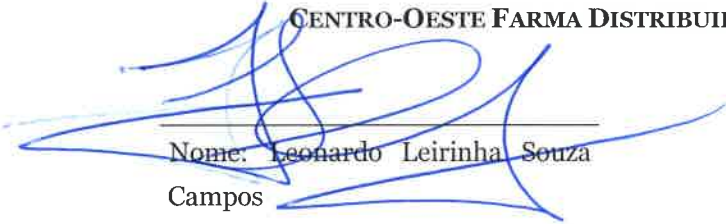
Cargo: Procurador



DUCE SP
10 07 15

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 6/12.

CENTRO-OESTE FARMA DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA.



Nome: Leonardo Leirinha Souza
Campos
Cargo: Diretor



Nome: Otavio Chacon do Amaral Lyra
Cargo: Diretor

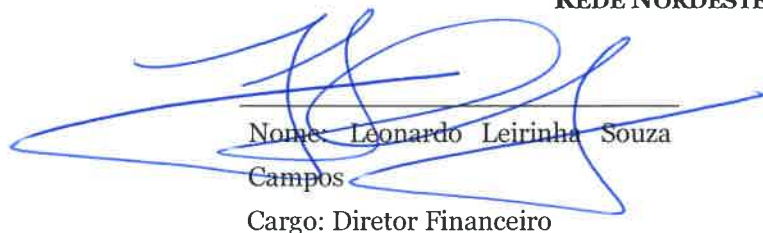


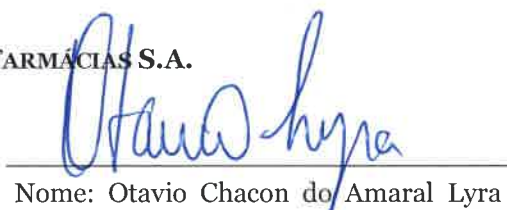
DUCE SP

10 07 18

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 7/12.

REDE NORDESTE DE FARMÁCIAS S.A.


Nome: Leonardo Leirinha Souza
Campos
Cargo: Diretor Financeiro


Nome: Otavio Chacon do Amaral Lyra
Cargo: Procurador



DUCE SP

19.07.15

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debênturas Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 8/12.

DROGARIA AMARÍLIS S.A.

Nome: Otavio Chacon do Amaral Lyra
Cargo: Diretor

Nome: Leonardo Leirinha Souza
Campos
Cargo: Diretor Financeiro




DUCE SP

19 07 15

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debênturas Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 9/12.

DROGARIAS FARMAIS S.A.


Nome: Leonardo Leirinha Souza
Campos
Cargo: Diretor Financeiro


Nome: Otavio Chacon do Amaral Lyra
Cargo: Diretor




DUCESP

10.07.15

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 10/12.

FARMAIS PRODUTOS S.A.



Nome: Leonardo Leirinha Souza
Campos
Cargo: Diretor Financeiro



Nome: Otavio Chacon do Amaral Lyra
Cargo: Diretor



BTGI ST

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 11/12.

BTGI STIGMA LLC



Nome: CAROLINA CURY MAIA COSTA
Cargo: PROCURADORA



Nome: Nandikesh Anilkumar Dixit
Cargo: Procurador





JUCESP

19 07 16

Instrumento Particular de Escritura da Quinta Emissão Pública de Debêntures Simples, Não Conversíveis em Ações, da Espécie com Garantia Real, com Garantia Fidejussória Adicional, em Série Única, da Brasil Pharma S.A. – Página de Assinaturas 12/12.

Testemunhas:


Nome: Luiz Horacio Dell'Amico
RG: 30.772.437-6
CPF: 407.259.868-24


Nome: Elizabeth Mendes Amorim
RG: 27.565.233-5 SP/SP
CPF: 295.755.648-04







DUCE SP

19 07 16

Anexo 4.1

Descrição dos Contratos Financeiros

Produto	Banco	Saldo Devedor (08/07/16)	Vencimento
Cédula de Crédito Bancário	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo	R\$ 80.134.009,00	15/08/2016
Cédula de Crédito Bancário	HSBC Bank Brasil S.A. – Banco Múltiplo	R\$ 16.026.801,00	15/08/2016
Cédula de Crédito Bancário	Itaú Unibanco S.A.	R\$ 70.639.709,57	01/08/2016
Cédula de Crédito Bancário	Itaú Unibanco S.A.	R\$ 33.692.578,64	01/08/2016
Cédula de Crédito Bancário	Itaú Unibanco S.A.	R\$ 10.841.910,45	01/08/2016
Cédula de Crédito Bancário	Itaú Unibanco S.A.	R\$ 5.899.924,34	01/08/2016
Cédula de Crédito Bancário	Itaú Unibanco S.A.	R\$ 10.570.828,56	01/08/2016
Cédula de Crédito Bancário	Banco do Brasil S.A.	R\$ 62.321.909,84	26/07/2016
Cédula de Crédito Bancário	Banco Santander (Brasil) S.A.	R\$ 25.894.689,68	23/08/2016
Cédula de Crédito Bancário	Banco Santander (Brasil) S.A.	R\$ 25.894.689,68	23/08/2016
Cédula de Crédito Bancário	Banco Santander (Brasil) S.A.	R\$ 33.848.769,78	23/08/2016

[Handwritten signature]

